



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA POLÍTICA
Licenciatura em Ciência Política

**Governança Participativa no Município de Maputo: Um Olhar Sobre os
Mecanismos de Participação dos comerciantes informais no Processo de
Requalificação do Comércio Informal do Mercado do Xipamanine no contexto
da eclosão da pandemia do COVID-19 (2019-2023)**

Autora: Géssica Angelina Ricardo

Supervisor: Humberto Macamo, MA

Maputo, Julho de 2024



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA POLÍTICA
Licenciatura em Ciência Política

Monografia

Governança Participativa no Município de Maputo: Um Olhar Sobre os Mecanismos de Participação dos comerciantes informais no Processo de Requalificação do Comércio Informal do Mercado do Xipamanine no contexto da eclosão da pandemia do COVID-19 (2019-2023)

Autora: Géssica Angelina Ricardo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: Humberto Macamo, MA

Maputo, Julho de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Município como agente regulador do processo de transição do comércio informal para o formal: análise do processo de requalificação do mercado informal do Xipamanine no contexto da eclosão da pandemia do COVID-19 (2019-2023)

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau acadêmico de licenciatura em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O júri

O supervisor _____

O presidente _____

O oponente _____

Data ___/___/___

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Géssica Angelina Ricardo, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau académico, e que este estudo é resultado da minha investigação, estando indicadas nas referências bibliográficas as fontes utilizadas para o efeito da pesquisa.

Licencianda

(Géssica Angelina Ricardo)

Maputo, Julho de 2024

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Ricardo e Célia Sebastião Almeida

(Meus alicerces)

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus pelo dom da vida, graça, saúde e sabedoria, que me concede todos os dias.

À minha família, expresso meu mais profundo agradecimento. Os meus pais João Ricardo e Célia Sebastião Almeida, que sempre incentivaram-me a prosseguir com os meus sonhos e apoiaram-me incondicionalmente em todas as etapas desta jornada académica. Seu amor, compreensão e encorajamento foram meu alicerce durante os momentos desafiadores. Ao meu tio Flávio Francisco Ricardo e aos meus irmãos, Emirson Djoice Ricardo, Edson Carlitos Ricardo, Vânia Matos e Liliana Melissa Ricardo que foram de extrema importância para a concretização deste trabalho dando suporte financeiro, emocional e muito incentivo para continuar avante com este sonho.

Ao meu supervisor pela orientação, conselhos valiosos e apoio ao longo de todo o processo de pesquisa e redacção. Sua dedicação e comprometimento foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Aos docentes do Departamento de Ciência Política e Administração pública pelos ensinamentos e conselhos que grandemente serviram para a elaboração do trabalho.

Não posso deixar de mencionar as colegas que tornaram-se amigas Bastiana Ricardo e Rosalina Mathe, cujo apoio e incentivo foram inestimáveis. Ao colega e parceiro Adilson Muianga, Suas palavras de encorajamento e apoio moral foram fonte de inspiração para mim. A todos colegas de trabalho, especialmente Salma Chume, Loura Ferramenta, Leonor Mabue, pelo apoio e companheirismo durante os anos de formação.

Aos funcionários da Direcção de Mercados e Feiras do CMCM, aos responsáveis pelo mercado do Xipamanine assim como os comerciantes, aos utentes do mesmo, pela disponibilidade no processo de recolha de dados.

Por fim gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para este trabalho, directa ou indirectamente. Seus esforços colectivos foram fundamentais para o sucesso desta empreitada académica.

A todos vocês, meu mais sincero obrigado.

EPÍGRAFE

“O espaço urbano é a arena onde se desenrolam os dramas políticos, onde se manifestam as tensões sociais e onde se forjam as identidades colectivas” (SASKIA SASSEN, 1991).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP – Acordo Geral de Paz

AP – Administração Pública

ASSOTSI – Associação dos Trabalhadores do Sector Informal

BM – Banco Mundial

CDC – Centro de Prevenção e Controlo de Doenças

CLs – Conselhos Locais

CMCM – Conselho Municipal da Cidade de Maputo

CRM – Constituição da República de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GP – Governação Participativa

OC – Órgãos Centrais

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OD – Observatório de Desenvolvimento

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OLE – Órgãos Locais do Estado

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

OPL – Órgãos do Poder Local

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral

UA – União Africana

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1. Enquadramento Institucional e Legal da Governação Participativa em Moçambique.....	22
Tabela 2. Distribuição da População do Município de Maputo pelos Distritos Municipais.....	32
3. Mecanismos de participação dos comerciantes informais no âmbito da requalificação do mercado do Xipamanine.....	42

Figuras

Figura 1. Níveis de participação dos cidadãos de Arnstein	15
Figura 2. Mapa do Município de Maputo	32
Figura 3. Imagens do Mercado Informal do Xipamanine	34
Figura 4. Imagens do Mercado Informal do Xipamanine	35

RESUMO

Está pesquisa consubstancia-se em torno do tema “*Governança Participativa no Município de Maputo: Um Olhar Sobre os Mecanismos de Participação dos comerciantes informais no Processo de Requalificação do Comércio Informal do Mercado do Xipamanine no contexto da eclosão da pandemia do COVID-19 (2019-2023)*”. É uma pesquisa básica, do tipo qualitativa, cujos dados foram colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas junto de representantes-chave da Direcção de Mercados e Feiras do Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), responsáveis, comerciantes e utentes do mercado do Xipamanine. A pesquisa parte da constatação que no Município de Maputo, durante o processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine no ano de 2020, teve fraca participação dos comerciantes informais, o que culminou com a não efectivação do projecto. Partindo do problema identificado, formulou-se a seguinte pergunta de partida: *De que maneira os mecanismos de participação dos comerciantes informais impactaram na iniciativa de requalificação do comércio informal no mercado Xipamanine?* Para efectivação da pesquisa foram mobilizadas duas perspectivas teóricas, nomeadamente, a teoria da democracia deliberativa e a teoria pluralista. A compreensão dos dados mostrou que os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação, auscultação, consultas públicas, seminários e fóruns técnicos, não foram suficientes para garantir uma participação significativa dos comerciantes informais no processo de requalificação. A falta de acesso à informação, exclusão, desconfiança nas decisões tomadas minou a capacidade dos comerciantes informais participarem de maneira eficaz e influenciar as decisões relacionadas à requalificação.

Palavras-chave: Governança; Participação; Município de Maputo; Comércio informal; Mercado do Xipamanine.

ABSTRACT

This research is based around the theme “*Participatory governance in the Municipality of Maputo: a look at the mechanisms of participation of informal traders in the process of requalifying informal commerce (2019-2023)*”. It is a basic, qualitative research, whose data were collected through semi-structured interviews with key representatives of Directorate of Markets and Fairs of Council of the Municipal City of Maputo (CMCM), managers, traders and users of the Xipamanine market. The research is based on finding that in the Municipality of Maputo, during the process of requalifying informal commerce in the Xipamanine market in 2020, there was low participation by informal traders, which result in the project not being implemented. Starting from the identified problem, the following question was formulated: *How did the participation mechanisms of informal traders impacted the initiative to requalify informal trade in the Xipamanine market?* To carry out the research, two theoretical perspectives were mobilized, namely, the theory of deliberative democracy and the pluralist theory. Understanding the data showed that the participation mechanisms created within the scope of requalification, consultation, public consultations, seminars and technical forums, were not sufficient to guarantee a significant participation of informal traders in the requalification process. Lack of access to information, exclusion, and distrust in decisions made undermined the ability of informal traders to participate effectively and influence decisions related do redevelopment.

Keywords: Governance; participation; Maputo Municipality; Informal Trade, Xipamanine Market.

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vi
EPÍGRAFE.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1. Introdução	1
1.2. Formulação do problema.....	3
1.3. Objectivos.....	7
1.3.1. Objectivo geral	7
1.3.2. Objectivos específicos	7
1.4. Perguntas de pesquisa.....	7
1.5. Delimitação do tema (espacial e temporal).....	7
1.6. Justificativa.....	8
CAPÍTULO II: Quadro teórico e revisão da literatura.....	10
2. Enquadramento Teórico.....	10
2.1. A teoria da democracia deliberativa.....	10
2.2. Teoria Pluralista	11
2.3. Governação participativa: uma revisão da literatura.....	12
2.3.1. Discussão dos conceitos	13
2.3.2. Participação Política	13
2.3.2.1. Níveis de participação política.....	14
2.3.3. Governação.....	16
2.3.4. Governação Participativa.....	17
2.4. A governação participativa em Moçambique.....	18
2.4.1. Institucionalização da governação participativa em Moçambique.....	21
2.4.2. Princípios fundamentais da organização para consulta e participação comunitária em Moçambique.....	23
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	25
3. Metodologia.....	25
3.1. Método de pesquisa.....	25

3.2.	Quanto a natureza.....	25
3.3.	Quanto aos objectivos	26
3.4.	Amostra e grupo-alvo.....	26
3.5.	Critério de escolha dos participantes: inclusão e exclusão	27
3.6.	Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	27
3.7.	Técnica de análise de dados	29
3.8.	Princípios éticos observados	30
3.9.	Constrangimentos enfrentados na pesquisa.....	30
	CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.	Breve Caracterizaçã do Município de Maputo	31
4.1.	Localização, superfície e população.....	31
4.2.	História.....	32
4.3.	Economia.....	33
4.4.	Descrição do objecto de estudo	33
4.5.	Razões para a requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine	34
4.6.	O Projecto de requalificação do mercado informal do Xipamanine	37
4.7.	Os mecanismos de participação dos comerciantes informais criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine	40
4.8.	De que forma os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine permitiram a participação efectiva e engajada dos comerciantes	43
4.8.1.	Barreiras de acesso aos espaços de participação: auscultação e consulta pública pouco acessível.....	44
4.8.2.	Seminários e forús técnicos excludentes	45
4.9.	Como os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine impactaram a iniciativa de requalificação	50
4.9.2.	Falta de conhecimento das necessidades locais.....	52
4.9.3.	Desconfiança nas decisões tomadas	53
5.	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	56
5.1.	Conclusão	56
5.2.	Recomendações	57
6.	Referências Bibliográficas	58
	APÊNDICES	i
	APÊNDICE 1- Guião de entrevista.....	ii

APÊNDICE 2- Consentimento informado.....	iv
ANEXOS.....	v
ANEXO 1- Credencial n° 93.....	v
ANEXO 2- Credencial n° 253.....	vi
ANEXO 3- Credencial n° 280.....	vii

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. Introdução

O presente trabalho tem como tema *Governança Participativa no Município de Maputo: um olhar sobre os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine (2019-2013)*. Este tema insere-se no contexto da Governança Participativa Democrática que se desenvolve em Moçambique, desde os finais da década de noventa e tornou-se marca principal da política e da administração pública no início dos anos 2000.

O surgimento da governança participativa foi moldado por influências históricas, teóricas e práticas ao longo do tempo. Nesse sentido, é possível verificar que a ideia de participação dos cidadãos em processos políticos tem raízes profundas na democracia ateniense do século V a.C., onde cidadãos livres participavam directamente na tomada de decisões políticas (OBER, 2008). Segundo o mesmo autor este sistema proporcionava uma forma de governação na qual o envolvimento directo dos cidadãos era central, estabelecendo uma base para práticas participativas. Nesta senda, no século XVIII, durante o iluminismo, pensadores como Jean-Jacques Rousseau argumentaram pela soberania popular e pela importância da participação directa dos cidadãos na governação. ROUSSEAU (2002), em seu *contracto social*, defendia que a verdadeira liberdade só poderia ser alcançada através da participação activa na formulação das leis às quais os cidadãos estão sujeitos. Importa destacar que segundo (TARROW, 1998), os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, como os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos estudantis na Europa, contribuíram nos debates sobre governação participativa ao desafiaram as estruturas tradicionais de poder e demandarem formas mais inclusivas e participativas de governação. Estes movimentos foram fundamentais para pressionar por reformas que aumentassem a transparência e a responsabilidade governamental (*Idem*).

Por sua vez, SIMIONE e CKAGNAZAROFF (2017) defendem que as ideias sobre a Governança Participativa Democrática se tornaram predominantes no contexto dos esforços de construção do Estado democrático, do fortalecimento da cidadania activa e da criação de mecanismos para a gestão democrática na escala local. Ainda de acordo com os mesmos autores, elas surgiram no quadro do estabelecimento de um novo modelo democrático participativo orientado pelo ideal político que se fundamenta na interação entre o poder público e a sociedade. Moçambique, como forma de responder aos imperativos colocados pelo novo modelo democrático, iniciou um conjunto de reformas institucionais e estruturais. Estas

reformas, visavam a adopção de mecanismos de descentralização política e a melhoria do funcionamento dos órgãos descentralizados administrativamente. Como resultado, em 2004 o Governo produz legislação que uniformiza a organização dos serviços técnicos administrativos e estabelece as autoridades comunitárias ao nível municipal e define formas de articulação entre estas e os órgãos municipais. Estas reformas tinham em vista organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia (NGUENHA, 2009).

Os mecanismos de descentralização política têm como um dos objectivos a promoção do desenvolvimento ao nível local, nesta senda, as entidades descentralizadas devem promover projectos de desenvolvimento urbano, visando o crescimento equilibrado e sustentável da comunidade. É neste ponto onde se enquadram os projectos de requalificação dos assentamentos informais, incluindo o comércio informal (SIMIONE e CKAGNAZAROFF, 2017).

Relativamente à questão dos assentamentos informais, NGUENHA (2009) considera que a participação dos cidadãos nos processos de requalificação é de extrema relevância e fortemente recomendada pela UN-HABITAT, organismo das Nações Unidas responsável pela promoção de vilas e cidades social e ambientalmente sustentáveis. Segundo o mesmo autor, a participação dos cidadãos na governação local assegura a correcta requalificação dos assentamentos informais das zonas urbanas, que muitas vezes não é isenta de conflitos. Por outro lado, a participação dos cidadãos assegura a sustentabilidade do planeamento urbano e das infraestruturas públicas na medida em que os cidadãos participam em toda a cadeia desde o planeamento até à gestão (*Idem*).

Nesse sentido, a pesquisa procura compreender melhor os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine. Assim, constitui objecto de estudo a participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, sendo o mercado do xipamanine o caso de estudo.

O mercado do Xipamanine, um dos principais centros comerciais da cidade de Maputo, é caracterizado por uma intensa actividade comercial informal, envolvendo milhares de vendedores que actuam diariamente neste local. No entanto, esse espaço enfrenta problemas como falta de infraestrutura adequada, condições precárias de higiene e segurança, além de

desafios relacionados à gestão do espaço público. Todo esse conjunto de problemas mostrou-se ainda mais desafiador no contexto da eclosão da pandemia da COVID-19.

Diante desse contexto, as autoridades municipais buscaram implementar iniciativas de requalificação do mercado informal do Xipamanine, visando melhorar as condições de trabalho, oferecer serviços básicos de qualidade e promover um ambiente mais seguro e atractivo para os comerciantes e consumidores. No entanto, é fundamental que iniciativas do género sejam desenvolvidas de forma participativa, levando em consideração as necessidades, interesses e experiências dos próprios comerciantes informais que actuam no mercado, visto que a falta de envolvimento dos principais interessados pode resultar em políticas e intervenções que não atendam adequadamente às demandas locais, além de correr o risco de gerar resistência e conflitos por parte da comunidade afectada (FERREIRA, 2006).

A presente pesquisa propõe-se a investigar os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do mercado do Xipamanine, analisando sua eficácia, desafios e impactos. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, busca-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas mais inclusivas, que promovam a melhoria das condições de vida e trabalho dos comerciantes informais, bem como o desenvolvimento sustentável do mercado e da cidade como um todo.

O trabalho está dividido em quatro partes. No primeiro capítulo dispõe a introdução, o problema de pesquisa, os objectivos, as perguntas de pesquisa, a delimitação do tema e a justificativa. No segundo capítulo tem-se o quadro teórico e a revisão da literatura, onde apresentamos as ferramentas teóricas que sustentaram a pesquisa assim como os conceitos e abordagens sobre a governação participativa. No terceiro capítulo faremos a apresentação da metodologia, onde delineamos as abordagens e técnicas que foram empregues para aprofundar, analisar e interpretar os dados que nos permitiram compreender os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. E por último teremos a apresentação e discussão dos resultados, a conclusão e recomendações.

1.2. Formulação do problema

Na sequência da reorganização administrativa ocorrida a partir da segunda metade da década noventa, foram introduzidas no sector público moçambicano novas formas de governação. Na nova organização, o foco principal foi a introdução de modelos e mecanismos de gestão fundamentados na participação da sociedade na vida política, visando à melhoria do

desempenho dos serviços públicos e a inclusão de cidadãos comuns e grupos de interesse como actores políticos importantes nas decisões administrativas (SIMIONE e CKAGNAZAROFF, 2017).

Neste contexto, através da lei 10/97, de 31 de Maio e da lei 3/2008, de 2 de Maio, foram criados 43 municípios através da descentralização e da desconcentração, princípio pelo qual assenta a estruturação da Administração Pública (AP) moçambicana, com o objectivo de organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia. BAILEY *apud* NGUENHA (2009) avança que a ideia por detrás da criação dos governos locais é assegurar os interesses locais através da promoção do pluralismo, da participação social e da escolha pública. Nesse modelo, os cidadãos têm possibilidade de escolher os seus líderes, de participar nos processos de tomada de decisão sobre os aspectos comuns que afectam as suas vidas, monitorar as actividades do governo, exigir prestação de contas e premiar ou punir os seus líderes por meio do voto. Nesse sentido, a participação dos cidadãos tende a pressionar os governantes a serem mais transparentes e responsáveis nas suas decisões (NGUENHA, 2009).

A pesar dos avanços registados no quadro governativo dos governos locais, no que concerne ao estabelecimento de mecanismos de participação para o engajamento activo dos cidadãos na governação municipal democrática, há estudos que apontam para o fraco envolvimento desses nos fóruns de participação criados no âmbito do processo da reorganização administrativa.

AIRES e NGUIRAZE (2011) no seu estudo sobre “*processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local*” avançam que a participação dos cidadãos na governação é essencial para o desenvolvimento das comunidades como um todo. Assim, segundo os autores, os programas sociais que contribuem para o desenvolvimento da comunidade devem ter como premissa a valorização do saber local, visto que, esse facto contribui para o sucesso dos mesmos uma vez que as necessidades e interesses da comunidade são considerados. Nesta senda, o relatório moçambicano sobre a situação de assentamentos informais e estratégias de intervenção aponta como “condições e princípios que guiam actividades de qualquer programa de requalificação urbana, o envolvimento de residentes no processo, desde o estágio de concepção à definição de prioridades e estratégias de implementação” (CEDH, 2006 *apud* NGUENHA, 2009).

Segundo ANJO (2009) os assentamentos informais são caracterizados por habitações precárias e falta de acesso a serviços básicos, e abrigam milhares de pessoas. Nestes locais, impera a

informalidade, e o comércio informal emerge como uma resposta às necessidades económicas dos moradores. O comércio informal emerge nos corredores estreitos desses assentamentos, ocupando passeios e espaços públicos improvisados, onde, vendedores ambulantes oferecem uma miríade de produtos e serviços. Contudo, esses locais enfrentam uma série de desafios e vulnerabilidades, como a falta de infra-estrutura adequada o que dificulta a prática das actividades comerciais. Em vista disso. Faz-se necessárias políticas governamentais que visem regular, ou requalificar esses locais (Idem).

Entretanto, como foi referenciado anteriormente, qualquer programa de requalificação urbana deve guiar-se com base no envolvimento da comunidade local afectada pelo processo (CEDH, 2006 apud NGUENHA, 2009). A mesma fonte apresenta o caso bem conseguido de requalificação de assentamentos informais assente na participação no bairro Josina Machel na vila de Manica, na província do mesmo nome. Situações, normalmente de difícil solução, como transferência de famílias das zonas de risco e de ajustamento de limites dos espaços “privados” para aumentar o tamanho das vias de acesso, efectivaram-se sem custos ou a custos relativamente reduzidos àqueles que seriam necessários para indemnizações na situação em que os planos são separadamente desenhados e implementados pelo governo. Este facto demonstra a importância da participação na governação das cidades e vilas dos países em desenvolvimento (Idem). Contudo, AIRES e NGUIRAZE (2011), apontam que a forma como os espaços de participação comunitária são criados denota uma exclusão de grande parte da população nos benefícios da representação política a nível local, ou seja, da possibilidade de serem incluídos no governo e na participação em programas de desenvolvimento locais.

Por sua vez, SIMIONE e CKAGNAZAROFF (2017) no seu estudo sobre “*Governança Participativa em Moçambique: dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal em Xai-Xai*”, constataram que a formulação e implementação das políticas municipais é feita ao nível do topo, sem envolver muitas vezes os grupos ou cidadãos nelas interessados ou directamente afectados. Segundo os mesmos autores, na prática as acções governamentais chegam já prontas para serem introduzidas nas comunidades sem contudo, terem sido discutidas a partir das fontes, isto é, nem com a população nem ao nível dos conselhos locais (CLs). Com isso, os autores concluíram que o discurso sobre GP baseado na ideia de interacção social e na governação aberta tem sido utilizada essencialmente para legitimar as decisões técnicas previamente tomadas pelo poder público. Assim a constituição dos espaços de participação enfrenta obstáculos para se estabelecer como alternativa efectiva por meio das quais os actores da sociedade civil se inserem na agenda do governo municipal, apresentando

demandas e interesses da população para que sejam transformados em projectos de políticas públicas a serem implementadas. Como resultado, as políticas, programas e projectos desenhados ao nível do topo, não são aplicáveis às realidades das comunidades, pois, devido ao baixo nível de envolvimento das comunidades nos processos decisórios, os projectos e programas não espelham as suas necessidades e aspirações.

Nesta senda, FUNG e WRIGHT (2001) no seu artigo “*Deepening Democracy: innovations in empowered participatory governance*” alertam sobre os riscos advindos da não participação efectiva dos cidadãos em processos de requalificação urbana. Para os autores, a não participação dos cidadãos nesses processos pode contribuir para a falta de legitimidade das decisões tomadas, uma vez que as políticas e projectos resultantes podem ser percebidos como ilegítimos pela comunidade quando não há envolvimento significativo dos cidadãos no processo decisório. Além disso, a falta de participação pode resultar na marginalização de grupos vulneráveis e na não consideração de suas necessidades e interesses. Isso pode levar a políticas e projectos que não abordam de forma adequada as preocupações de toda a comunidade, gerando descontentamento e alienação. Segundo os autores, a resistência e conflitos também podem surgir quando os cidadãos se sentem excluídos dos processos decisórios que afectam suas vidas e seus espaços.

Referente ao Município de Maputo, o mesmo iniciou com o projecto de requalificação do comércio informal ao nível da urbe, contudo, as pesquisas preliminares efectuadas, mostraram haver uma significativa lacuna na literatura académica em relação a compreensão dos mecanismos de participação dos comerciantes informais nesse processo em específico. Além disso, a observação dos estudos existentes, mostrou haver um fraco envolvimento das comunidades nos processos decisórios municipais, o que levanta preocupações sobre a eficácia do projecto de requalificação. Entretanto, o artigo 100 do Decreto nº 100/ 2005 prevê que os órgãos locais do Estado devem assegurar a participação da comunidade, das associações e de outras formas de organização que tenham por objecto a defesa de seus interesses na formação das decisões que lhes dizem respeito. Por conseguinte, considerando a complexidade da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine e a importância de garantir uma participação efectiva dos comerciantes informais no processo decisório, este estudo busca responder a seguinte pergunta de partida, ***De que maneiras os mecanismos de participação dos comerciantes informais impactaram a iniciativa de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine?***

1.3. Objectivos

A presente pesquisa tem os seguintes objectivos:

1.3.1. Objectivo geral

A presente pesquisa tem como objectivo geral o seguinte:

- Analisar os diferentes mecanismos de participação dos comerciantes informais estabelecidos no âmbito da requalificação do comércio informal, de modo a perceber como estes impactaram a iniciativa da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

1.3.2. Objectivos específicos

Especificamente a presente pesquisa visa o seguinte:

- Identificar os mecanismos de participação dos comerciantes informais estabelecidos no âmbito da requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine;
- Compreender como os mecanismos de participação estabelecidos no âmbito da requalificação permitiram o engajamento e a participação efectiva dos comerciantes informais no processo de requalificação;
- Aferir de que forma os mecanismos de participação dos comerciantes informais impactaram a iniciativa de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

1.4. Perguntas de pesquisa

Para o alcance dos objectivos acima descritos, a presente pesquisa guiar-se-á pelas seguintes perguntas de pesquisa:

- Quais foram os mecanismos de participação dos comerciantes informais criados no âmbito da requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine?
- De que forma os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação permitiram o engajamento e a participação efectiva dos comerciantes no processo de requalificação?
- De que forma os mecanismos de participação dos comerciantes informais impactaram o processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine?

1.5. Delimitação do tema (espacial e temporal)

O presente estudo tem em vista analisar os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

O estudo foi realizado no mercado do informal do Xipamanine, situado na cidade de Maputo. Quanto ao horizonte temporal a pesquisa abrangeu um período de quatro anos, de 2019-2023. A escolha deste período temporal justifica-se pelo surgimento da COVID-19 em Moçambique, o que veio impulsionar a implementação do projecto de requalificação do comércio informal ao nível do Município de Maputo, como forma à prevenir a doença viral.

1.6. Justificativa

A análise dos mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, em Maputo, surge como uma necessidade urgente diante da complexidade e dos desafios envolvidos nesse projecto.

A pesquisa faz uma cobertura do processo de requalificação levada a cabo pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) no ano de 2020, aquando da declaração do estado de emergência em decorrência da pandemia da COVID-19 que assolou o mundo e, Moçambique não foi excepção. Neste contexto, os mercados por serem caracterizados pelo enorme aglomerado populacional, constituíam um potencial ponto de disseminação do vírus. Com isso, o CMCM iniciou com o processo de requalificação do comércio informal ao nível da urbe com o intuito, por um lado, de prevenir a propagação da COVID-19 e, por outro lado, organizar a prática do comércio informal, propiciando um ambiente mais adequado e seguro para o exercício das actividades assim como formalizar a prática do comércio informal.

A escolha do mercado informal do Xipamanine deve-se ao facto de o mercado ser um polo económico vital ao nível da cidade de Maputo, fornecendo meios de subsistência para muitos indivíduos, criando empregos e estimulando a actividade comercial na região. Nesse sentido, uma análise sobre a participação dos comerciantes no processo pode contribuir para a eficiência das políticas públicas. Ao envolver directamente os principais interessados, como os próprios comerciantes informais, é possível identificar necessidades específicas e encontrar soluções mais adequadas e sustentáveis. Isso resulta em políticas mais eficazes, que respondem de forma mais precisa às demandas e realidades locais.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para a ciência política ao adentrar em um campo complexo da governação local em um contexto urbano em desenvolvimento. Ela aplica teorias e conceitos políticos a uma realidade específica, o mercado do xipamanine, enriquecendo assim a nossa compreensão das dinâmicas políticas ao nível municipal. Isso não só amplia o conhecimento académico, mas também fornece uma base sólida para pesquisas futuras, preenchendo lacunas na literatura existente.

No entanto, a relevância desta pesquisa vai além do âmbito teórico. Ela tem implicações práticas significativas na medida em que, a análise da governação participativa proporciona uma oportunidade de aprendizado e melhoria contínua. Ao avaliar os mecanismos de participação existentes, podemos identificar o que está funcionando bem e onde há espaço para aprimoramentos. Isso nos permite implementar práticas mais eficazes no futuro, garantindo um processo de requalificação mais eficiente e bem-sucedido.

CAPÍTULO II: Quadro teórico e revisão da literatura

2. Enquadramento Teórico

Esta secção destina-se a apresentação e discussão dos suportes analíticos que sustentarão a nossa análise. Para fins desta pesquisa foram mobilizadas a teoria da democracia deliberativa e a teoria pluralista para a compreensão dos mecanismos de participação dos comerciantes informais criados no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

2.1. A teoria da democracia deliberativa

Segundo ALCÂNTARA (2018) a teoria da Democracia Deliberativa é uma abordagem consagrada no campo das chamadas perspectivas alternativas ao modelo liberal hegemónico na teoria democrática. A partir da defesa do processo deliberativo os teóricos da deliberação buscam abordar o horizonte normativo da democracia, ampliando as possibilidades de inclusão e participação e requalificando o processo de decisão política (*Idem*).

As origens da Democracia deliberativa podem ser verificadas no pensamento de vários teóricos, dentre eles Jürgen Habermas e John Rawls. Jürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, na Alemanha, em 18 de Junho de 1929. Seu pensamento foi influenciado pelo efeito das duas grandes guerras que afectaram muito seu país. Dedicou sua vida ao estudo da democracia, por meio do agir comunicativo, da política deliberativa e da esfera pública (FURLAN, 2013 *Apud* PEREIRA, 2019). O modelo de democracia deliberativa de Habermas tem como fundamento a superação das chamadas democracias elitistas shumpeterianas, da teoria económica do Downs e do pluralismo democrático de Sartori (LEAL, 2011). Segundo o mesmo autor, em todos esses modelos teóricos a prática oficial da democracia era, fundamentalmente a representativa-parlamentar, na qual a tripartição de poderes e as funções institucionais de Estado eram pouco questionadas em termos de legitimidade política.

Em vista disso, Habermas propõe um modelo democrático construído a partir da conjugação de três elementos: uma estrutura deliberativa de carácter democrático; um sistema de direitos e liberdades fundamentais; e um princípio normativo do discurso, apto a guiar a formação da opinião e da vontade do Estado (GANEM; ZETTEL, 2012 *Apud* PEREIRA, 2019). Assim sendo, de acordo com a teoria da democracia deliberativa, a participação dos cidadãos em processos políticos não se limita ao acto de votar, mas também inclui o envolvimento activo e informado na discussão e deliberação sobre questões públicas, o que significa que os mecanismos de participação devem ser projectados para facilitar o diálogo aberto, a troca de ideias e a busca por consenso entre os participantes (LEAL, 2011). Por sua vez, a teoria

deliberativa de John Rawls enfatiza a importância do diálogo público e do debate racional na busca por princípios de justiça que podem ser aceitos por todos os membros da sociedade. O autor destaca a necessidade de instituições democráticas que facilitem a deliberação pública e garantam que as vozes de todos os cidadãos sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão (PEREIRA, 2019).

No caso da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, a aplicação da teoria da democracia deliberativa, permitiu examinar como foram criadas as oportunidades para os comerciantes informais expressarem suas opiniões e contribuir para as discussões sobre a requalificação do mercado. Nesta senda, a teoria da democracia deliberativa, permitiu investigar a qualidade da deliberação que ocorreu nos espaços de participação. Isso envolve analisar se as discussões foram pautadas por argumentos bem fundamentados, se houve espaço para diferentes perspectivas e se os participantes foram tratados com respeito e igualdade de voz. Outro aspecto importante é que a aplicação dessa teoria permitiu verificar se as decisões tomadas no âmbito da requalificação reflectiram de facto as deliberações realizadas e se foram legitimadas pelo diálogo público.

2.2. Teoria Pluralista

Segundo PERISSINOTTO (2009) citado por NETO (2019) as origens do pluralismo remontam nos Estados Unidos, e podem ser verificadas no pensamento de vários teóricos, dentre eles, James Madison, no fim do século XVIII, em que o autor defende a necessidade de combater a ditadura das maiorias no Estado Democrático, e também na importante obra “A Democracia na América”, escrita por Alexis Tocqueville na década de 1830, quando o autor, analisando a tradição política americana, vislumbra a importância da associação como elemento de resistência ao crescente poder estatal. Contudo, o mais conhecido e lembrado pensador político representante do pluralismo é Robert Dahl, que argumentava que em sociedades plurais o poder está disperso entre uma variedade de grupos de interesse e nenhum grupo teria acesso exclusivo a qualquer dos recursos de poder, isto é, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais (DAHL, 1997).

O pluralismo é uma teoria que enfatiza a diversidade de opiniões dentro de uma sociedade e promove a coexistência de diferentes interesses, convicções e estilo de vida. Ele se baseia no princípio de que o poder e a tomada de decisões devem ser distribuídos amplamente entre uma variedade de grupos e organizações para evitar que qualquer entidade única ganhe domínio. O pluralismo incentiva o diálogo, a negociação e o compromisso entre esses diversos grupos para

alcançar uma sociedade equilibrada e inclusiva (NETO, 2019). RIBEIRO et al (2019) por sua vez, acrescenta que a perspectiva pluralista se concentra na diversidade de grupos que operam nos processos decisórios, bem como na actuação estratégica que produz resultados equilibrados, anula mutuamente as influências e enriquece o processo com novas informações. Assim, para os defensores do pluralismo as políticas públicas são produto da “luta” entre os grupos de interesse e do equilíbrio atingido nessa luta num dado momento (LOPES, 2022).

A teoria pluralista oferece uma abordagem valiosa na análise dos mecanismos de participação, especialmente ao considerar a diversidade de atores e interesses envolvidos no processo político. Nesta análise, a teoria pluralista é aplicada para compreender as complexas interações entre os diferentes grupos de interesse, incluindo autoridades municipais e comerciantes, que competem e colaboram na busca por influência e poder sobre as decisões políticas. A análise também aborda a questão do acesso aos canais de participação, como audiências públicas e reuniões com autoridades municipais, e como isso afeta a capacidade dos comerciantes informais de influenciar o processo de requalificação. Além disso, examina-se a distribuição de poder e recursos entre os diferentes grupos de interesse, e como isso influencia sua capacidade de moldar o resultado final do processo.

A teoria da democracia deliberativa e a teoria pluralista oferecem perspectivas complementares úteis para analisar os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, na medida que, a teoria da democracia deliberativa enfatiza a importância do diálogo, deliberação e argumentação pública na tomada de decisões. Ao aplicar essa teoria, a análise se concentra em como os comerciantes informais foram envolvidos nos processos deliberativos, se tiveram oportunidades significativas para expressar suas opiniões, debater ideias e influenciar as decisões. Por outro lado, a teoria pluralista reconhece a existência de múltiplos interesses e grupos na sociedade, cada um buscando promover seus próprios objectivos. Nesse contexto, a análise se concentra em como diferentes grupos de comerciantes informais, são representados e articulam seus interesses durante o processo de requalificação. Nesse sentido, a teoria pluralista complementa a teoria da democracia deliberativa ao reconhecer e incorporar a diversidade de interesses e grupos na sociedade, proporcionando uma base realista para a deliberação democrática.

2.3. Governação participativa: uma revisão da literatura

Nesta secção apresenta-se a revisão da literatura, que visa explorar as principais teorias, conceitos e abordagens relacionadas à governação participativa. Para o alcance do objectivo geral que se propõe a presente pesquisa, que é analisar se os mecanismos de participação

criados no âmbito da requalificação do comércio informal permitiram a participação efectiva dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, serão abordados os seguintes assuntos: conceitualização de participação política, governação e governação participativa. De seguida abordaremos sobre a governação participativa em Moçambique, a institucionalização da governação participativa em Moçambique, onde olharemos para o enquadramento institucional e legal da governação participativa em Moçambique, abordaremos também sobre os princípios fundamentais da organização para consulta e participação comunitária, e por fim olharemos para a escala de participação.

2.3.1. Discussão dos conceitos

2.3.2. Participação Política

Segundo ALMOND E VERBA (1963), MILBRATH (1965) *apud* SHETH (2002) na teoria democrática contemporânea, a noção de participação política expressa-se em termos de deveres políticos e direitos legais e constitucionais dos cidadãos no que diz respeito a eleição de governos representativos e assegurar o seu funcionamento democrático. UAMPA (1986), SILVA (2001) *apud* SANTOS e AVRITZER (2002) trazem uma definição um pouco mais abrangente ao considerarem que participar significa influir directamente nas decisões e controlar as mesmas, apresentando propostas, discutidas e definidas pela colectividade ou por membros de uma sociedade.

A participação sugere um sistema altamente descentralizado em que membros de um grupo social ou de uma sociedade em geral têm o direito de participar quer directamente, ou indirectamente dos processos de decisão (BUHLUNGU, 2002). PARRY e MOYSER (1994) sugerem ou concebem duas categorias de participação, nomeadamente: concepção participativa ou radical, e a concepção realista. Segundo estes autores, a escola participativa ou radical, encoraja a população a tomar parte activa no governo, procurando expandir a participação cívica para além das formas tradicionais, tais como voto e assinatura de petições. A genealogia destas ideias remonta a modelos de cidadania apresentados por teóricos como Rosseau e J. S. Mill. A teoria política de Rosseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisão, para o autor, a verdadeira participação política ocorre quando os cidadãos participam activamente na formulação das leis e políticas que os governam. Isso envolve não apenas votarem eleições, mas também participar de assembleias públicas onde as decisões são tomadas de forma colectiva e deliberativa (PATEMAN, 1992).

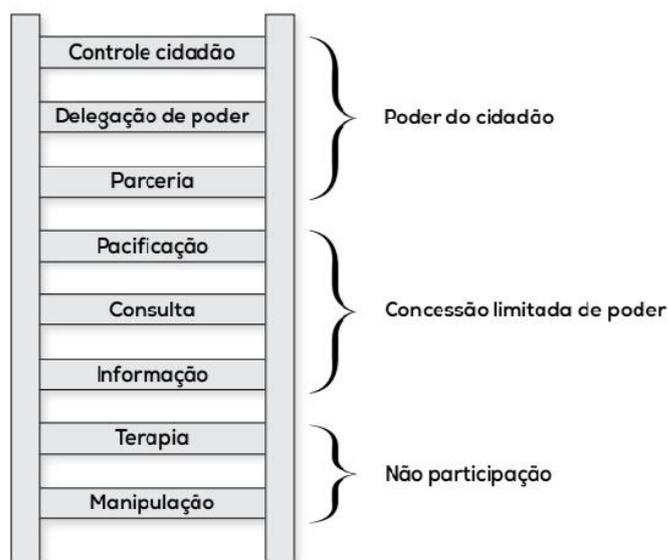
Por sua vez, MILL (1861), acreditava que a participação política era essencial para o funcionamento da Democracia e para a protecção dos direitos individuais. Além disso, Mill argumentava que a participação activa dos cidadãos na vida pública contribuía para a formação de opiniões informadas e para o progresso da sociedade como um todo. Portanto, para Mill, a participação significava não apenas o exercício do voto, mas também a capacidade dos indivíduos de expressar suas opiniões, se associar livremente com outros, participar de debates públicos e influenciar as decisões políticas e sociais (*Idem*). A concepção realista, por outro lado, defende uma noção de participação muito mais conservadora e limitada que não vai muito além do voto em intervalos regulares. A teoria democrática de Schumpeter (1987), que tem por base a visão de que “o eleitorado é incapaz de outra acção que não o pânico em massa”, é um exemplo desta concepção conservadora de participação (BUHLUNGU, 2002). O modelo de cidadania em que esta noção de participação está implícita é um modelo excludente que serve apenas aos interesses das elites da sociedade.

Para efeitos da pesquisa tomaremos em conta a concepção participativa ou radical, na medida em que o mundo contemporâneo é caracterizado por uma pluralidade de indivíduos que possuem opiniões diversas. Neste contexto, ter o voto como única alternativa de participação, tal como sugere Schumpeter, limitaria a possibilidade do exercício pleno da cidadania assim como a formulação e implementação de políticas eficazes, na medida em que, não há interacção e nem abertura da administração pública para os diversos segmentos da sociedade expressarem as suas ideias e pensamentos sobre os assuntos ou problemas que afectam a colectividade. A participação política dos cidadãos é fundamental para promover uma democracia inclusiva e responsiva. Em vista disso, os cidadãos devem ser activamente envolvidos nos processos de tomada de decisões que afectam suas vidas e comunidades. Contudo, importa destacar que a participação dos cidadãos nas acções e decisões políticas pode ocorrer em diferentes níveis tal como se apresentam a seguir.

2.3.2.1. Níveis de participação política

ARNSTEIN (1969), oferece uma estrutura conceitual para entender os diferentes níveis de envolvimento dos cidadãos em processos de tomada de decisão. Composta por 8 níveis, a escala de participação representa uma progressão da não participação para a plena participação, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1. Níveis de participação dos cidadãos de Arnstein



Fonte: ARNSTEIN (1969) *Apud* OLIVEIRA e CKAGNAZAROFF (2022).

Na concepção de Arnstein (1969) citado por OLIVEIRA e CKAGNAZAROFF (2022), os dois primeiros degraus da escada (manipulação e terapia) pertencem ao nível de não participação. Eles são mais comumente observados em governos autoritários, pois seu objectivo real não é permitir que as pessoas participem do planeamento ou condução de políticas, mas que os detentores de poder possam compelir ou frustrar a participação. O terceiro e quarto degrau (informação e consulta) pertencem a um nível de concessão limitada de poder que propicia apenas o acesso a informações sobre direitos básicos, ainda em uma abordagem de cima para baixo, e que a sociedade organizada (associações, sindicatos, entre outros) seja ouvida. Mas, nesse nível os cidadãos, mesmo que organizados, não têm garantias de que suas opiniões possam influenciar as decisões políticas. No quinto degrau (pacificação), os cidadãos podem emitir sua opinião para os governantes, mas estes ainda detêm o poder da decisão final e não são obrigados a considerar tal opinião. O sexto degrau (parceria) permite aos cidadãos negociarem de igual para igual com os governantes. Esse é o nível da co-participação. No sétimo degrau (delegação de poder), os cidadãos são maioria nos fóruns de tomada de decisão, tendo o poder de assegurar os interesses públicos não estatais. O oitavo e último degrau (controlo cidadão) trata da centralização do poder de decisão nas mãos dos cidadãos, sendo eles os responsáveis pelo planeamento e gestão em sua totalidade, sem intermediários.

A lógica da escala da participação cidadã de Arnstein (1969) é: quanto mais alto o degrau da escada, maior o nível de participação. Do quinto degrau em diante, o cidadão passa a ter capacidade crescente de barganha e negociar compensações, ou mesmo de assumir o controlo.

A análise dos níveis de participação é fundamental para compreender os diversos níveis de envolvimento dos comerciantes informais, para desse modo identificar lacunas na participação e avaliar a equidade do processo. Além disso, a análise dos níveis de participação nos permitiu reconhecer os desafios enfrentados pelos comerciantes informais no acesso à tomada de decisões e na influência sobre questões que afectam suas vidas e negócios.

2.3.3. Governança

Segundo KENNETT (2008) os debates e as definições de governança surgiram em diferentes escalas espaciais e dentro de diferentes tipos de instituições e campos académicos. O termo governança na literatura ocidental, está principalmente preocupado com a ideia de uma mudança da percepção realista do antigo governo e do sistema de Vestefália, segundo o qual o mundo é organizado em Estados-nação soberanos e territorialmente exclusivos, cada um com um monopólio interno da violência legítima, para uma governança (*Idem*). Nesse contexto, o Estado é caracterizado por ter uma administração governamental que é considerada o principal interveniente dominante da arena política. Internamente existe uma hierarquia clara de autoridade e a governança é vista como um processo hierárquico, de cima para baixo, com o Estado-nação no centro do palco. Contudo, com a mudança do governo para a governança participativa, a administração governamental é agora apenas um interveniente entre muitos outros na arena política. A arena política tornou-se mais lotada, há mais actores envolvidos, as fronteiras entre esfera pública e a esfera privada são menos precisas (*Idem*). DICKINSON (2016), sustenta que a reforma da governança tem sido uma acção necessária, primeiro em resposta às falhas percebidas do grande governo e, subsequentemente, em resposta às consequências imprevistas dos mecanismos de mercado que se destinavam as correcções ao governo passado. Para a mesma autora, nos anos mais recentes, o conceito de governança veio à tona para descrever a natureza plural do Estado contemporâneo, onde múltiplos intervenientes contribuem para a prestação de serviços públicos e para o sistema de elaboração de políticas.

Nesta senda, RICHARDS e SMITH (2002) citados por KENNETT (2008) complementam o argumento anteriormente apresentado, ao considerarem que a governança é um rótulo descritivo utilizado para realçar a natureza mutável do processo político nas últimas décadas. Em particular, a governança realça a variedade cada vez maior de terrenos e actores envolvidos

na elaboração de políticas públicas. Assim, para os mesmos autores se exige a consideração de todos os intervenientes e locais para além do “executivo central” envolvidos no processo de elaboração de políticas públicas. Por sua vez DICKINSON (2016) define governação como a coordenação de instituições e agências numa determinada área política em direcção a objectivos colectivos. Descreve, por tanto, a divisão de controlo e os padrões de interacção entre os principais (tipos de) intervenientes nessa área política.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), concebe governação como o exercício da autoridade económica, política e administrativa para gerir os assuntos de um país em todos os níveis. Compreende os mecanismos, processos e instituições através dos quais os cidadãos e grupos articulam os seus interesses. Exercem os seus direitos legais, cumprem as suas obrigações e medeiam as suas diferenças.

DINIZ (1993) *Apud* GONÇALVES (s/d) considera que a expressão “*governance*” surge a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial (BM) tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente. Segundo o BM, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, a definição geral de governação é “o exercício da autoridade, controle, administração dos recursos sociais e económicos de um país visando o desenvolvimento” (BM, 1992 p. 1), implicando ainda “a capacidade dos governos planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”. Ou seja, o BM define governação como o método pelo qual o poder é exercido na gestão dos recursos políticos, económicos e sociais de um país para o desenvolvimento.

Para efeitos desta pesquisa, os conceitos anteriormente apresentados mostram-se operacionais na medida que, em Moçambique, o conceito de governação emerge como resposta a natureza mutável do processo político, e neste contexto é reconhecida a variedade cada vez maior de terrenos e actores envolvidos no processo de elaboração de políticas públicas, com vista a garantir um Estado eficiente

2.3.4. Governação Participativa

Segundo SIMIONE e CKAGNAROFF (2017) a GP é abordada como um conjunto de princípios e instrumentos políticos e administrativos que estão enquadradas em quatro perspectivas de análise, nomeadamente: a perspectiva da democracia participativa; a perspectiva da democracia deliberativa; a perspectiva do empoderamento da sociedade e a perspectiva da auto governação.

A perspectiva da democracia participativa, vê a GP como um mecanismo voltado para o reforço da democracia local por meio do envolvimento da população na tomada de decisões sobre as políticas públicas e ampliação da responsabilização política e administrativa dos governos locais (BRARDHAN, 2002 e CROOK, 2003 Apud SIMIONE e CKAGNAROFF, 2017). Por sua vez HABERMAS (1995) Apud SIMIONE e CKAGNAROFF (2017) considera que a perspectiva da democracia deliberativa é pautada no diálogo entre os actores estatais e a sociedade civil, por meio de espaços deliberativos. A GP é entendida aqui, segundo SPEER (2012) citado por SIMIONE e CKAGNAROFF (2017), como formas deliberativas de tomada de decisão que privilegiam cooperação, debate público e colectivo para a promoção do bem comum.

A perspectiva do empoderamento da sociedade, de acordo com ROBERTS (2004) citado por SIMIONE e CKAGNAROFF (2017), trata a GP como conjunto de princípios voltados à promoção e aplicação de estratégias para emancipação social, ampliação dos direitos de cidadania e o acesso individual e colectivo aos espaços públicos. A perspectiva de auto governação, segundo OSBORNE (2006) Apud SIMIONE e CKAGNAROFF (2017), encara a GP como um modelo de provisão de serviços públicos a partir do intercâmbio e envolvimento do governo com vários actores dos sectores lucrativo e voluntário e a criação de redes e vínculos inter-organizacionais.

Para efeitos desta pesquisa serão levadas em consideração as três primeiras perspectivas, nomeadamente, a perspectiva da democracia participativa que olha para a governação participativa como um mecanismo de reforço da democracia privilegiando o envolvimento da população na tomada de decisões. A segunda perspectiva a da democracia deliberativa que dá ênfase ao diálogo entre os actores estatais e sociedade civil. E a perspectiva do empoderamento da sociedade, trata a GP como conjunto de princípios voltados à promoção e aplicação de estratégias para emancipação social, ampliação dos direitos de cidadania e o acesso individual e colectivo aos espaços públicos, Estas três vertentes são aplicáveis para pesquisa, pois, como aponta NGUENHA (2009), a boa governação, que implica gestão democrática e a participação dos cidadãos, assegura a correcta requalificação dos assentamentos informais e consequentemente leva ao sucesso de programas de requalificação.

2.4. A governação participativa em Moçambique

Segundo CORNWALL e COELHO (2007), FARAZMAD (2012) citados por SIMIONE (2020), o discurso sobre governação participativa tornou-se predominante nos anos de 1970 e

1980 com a difusão das ideias do desenvolvimento comunitário e da reorientação do papel do Estado. Foi uma abordagem proveniente de agências internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e de organismos regionais (CHABAL, 2002 *Apud* SIMIONE, 2020), a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC), e de diversas organizações Não-Governamentais (ONG's), entre outros.

No contexto moçambicano em específico, os discursos sobre GP surgiram nos finais da década de 1990. Eles emergiram sucedendo três cenários que decorreram de forma interligada e que marcaram o contexto político e económico nacional nos anos antecedentes (SIMIONE e CKAGNARAROFF, 2017), designadamente:

- Primeiro, surgiram como complemento das transformações políticas e económicas intensas que foram introduzidas pela Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990. A CRM de 1990 introduziu um novo sistema político fundamentado nos princípios da democracia pluripartidária, e alterou o modelo de planeamento centralizado da economia, estabelecendo um sistema de livre concorrência. A constituição introduziu reformas no carácter centralizador da AP de então, com a descentralização para os governos provinciais e distritais de maiores poderes decisórios e competências próprias para a implementação das políticas públicas.
- Segundo, emergiram com a estabilização política e social promovida pela assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992, que pôs fim ao conflito armado iniciado em 1976, opondo o Governo de Moçambique (dirigido pela FRELIMO) ao Movimento de Resistência Nacional (RENAMO). O ambiente de paz vivenciado no país decorrente do fim do conflito consequentemente permitiu a reorganização das estruturas do aparelho do Estado e da administração possibilitando ampliar a presença da representação do Estado e suas instituições no território nacional. Com o processo de reorganização administrativa foram introduzidas no sector público moçambicano novas formas de governação. O foco principal foi a introdução de modelos e mecanismos de gestão fundamentados na gestão por resultados, no conceito de accountability e em arranjos de participação da sociedade, visando à melhoria do desempenho dos serviços públicos e a inclusão de cidadãos comuns e grupos de interesses como actores políticos importantes nas decisões administrativas.
- Terceiro, surgiram como resultado da emenda constitucional de 1996 e implementação da descentralização do tipo municipalização. A emenda constitucional criou o poder

local e institucionalizou a descentralização na escala local municipal, possibilitando o exercício e partilha do poder local. Ela alterou a estrutura político-administrativa do Estado, que passou a ser constituída por três níveis de governo: Órgãos Centrais (OC), representados pelos ministérios e agências nacionais, os Órgãos Locais do Estado (OLE), representados pelos governos provinciais e governos distritais, e os Órgãos do Poder Local (OPL), representados pelos municípios.

Para SIMIONE e CKAGNAZAROFF (2017), em termos gerais as ideias sobre GP se tornaram predominantes no contexto dos esforços de construção do Estado democrático, do fortalecimento da cidadania activa e da criação de mecanismos para a gestão democrática na escala local. Elas surgiram no quadro do estabelecimento de um sistema democrático participativo orientado pelo ideal político que se fundamenta na interacção entre o poder público e a sociedade.

Por sua vez, CANHANGA (2007) avança que o ponto de partida sobre a participação em Moçambique remonta a independência nacional, em 1975. Segundo o mesmo, após ter alcançado a independência nacional, o Estado tinha adoptado um sistema político e económico centralmente planificado, característico do modelo Socialista da Administração Pública. A complexidade deste modelo, a dificuldade de interpretação dos protagonistas, a dinâmica das próprias estruturas de poder, tornavam o Estado sobredimensionado a nível central e muito fraco a nível das províncias e dos distritos. Em termos de configuração, a autonomia política era reduzida a nível local, como também eram reduzidas as competências e os quase inexistentes meios próprios, o que limitava a formulação e implementação participativa de projectos e programas de desenvolvimento (*Idem*).

Nas décadas de 80 e 90, este desafio foi influenciado por uma conjuntura que transportou a economia do país à um declínio progressivo, devido a factores conjunturais negativos de diversa índole: as calamidades naturais (cheias e secas), uma guerra civil que durou mais de 16 anos destruindo infra-estruturas sociais e económicas, a ineficiência da economia planificada, acelerados ainda com a falta de quadros qualificados e a debilidade das estruturas criadas para a direcção da economia nacional (CANHANGA, 2007). Como resultado da situação, e dada a necessidade de trazer o fluxo de apoio ao país, o Estado moçambicano aderiu às instituições da *Bretton Wood*; BM e o FMI, sob a condição de se chegar a um acordo sobre um programa de reabilitação económica (ABRAHAMSSON, 1992 Apud CANHANGA, 2007). Assim, a

extensão da planificação até aos níveis locais da administração tornou-se um desafio que o Estado deveria prosseguir a curto e médio prazo.

Em termos de resultado, as mudanças condicionaram o estabelecimento de uma sociedade mais liberal nas questões económicas e sociais e criaram-se as condições para a institucionalização da descentralização e participação dos segmentos locais na formulação de políticas públicas. Com ênfase nas questões sobre governação, a nova abordagem atribuiu uma atenção especial ao reforço da capacidade institucional e à consolidação dos pressupostos da governação democrática efectivados através de mecanismos de planificação, participação, accountability, transparência e descentralização. Esta transição foi feita na base de um quadro constitucional e institucional adoptado desde os finais dos anos 80 (CANHANGA, 2007).

2.4.1. Institucionalização da governação participativa em Moçambique

As concepções sobre a participação em Moçambique foram estabelecidas no nº 2 do artigo 263 da CRM, que expressa a garantia da participação activa dos cidadãos nas decisões da administração pública. Essas ideias foram desenvolvidas no artigo 28 da Lei nº 2/1997, de 18 de Fevereiro, referente ao modo de integração dos grupos locais na tomada de decisões dos OPL (municípios) (SIMIONE e CKAGNAZAROFF, 2017).

Por sua vez, CANHANGA (2007) considera que, no âmbito da emenda constitucional de 22 de Novembro de 1996 (lei 9/96), configurou-se as condições jurídicas para a organização participativa das comunidades na arena governativa. Segundo o mesmo autor, o nº 1 do artigo 188 da CRM, configurou os pressupostos teleológicos para a participação. De acordo com este preceituado constitucional, o Poder Local tem como objectivos organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios definidos a nível local. Ainda, segundo o Artigo 188, o Poder Local deve ser a força motriz na promoção do desenvolvimento local, aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano. Por isso, o nº 2 do mesmo artigo, o Poder local apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações dos cidadãos (CRM), auscultando opiniões sobre a melhor maneira de mobilizar e organizar a participação das comunidades na identificação das suas prioridades, formulação, implementação, acompanhamento dos programas e planos económicos, sociais e culturais, em prol do desenvolvimento. O Artigo 28 da Lei 2/97, concretiza um estilo previsto para a participação na planificação e formulação de políticas de desenvolvimento municipal, incentiva a articulação entre os órgãos do Poder Local e as autoridades comunitárias e pela

necessidade da integração das autoridades tradicionais (secretários de bairros ou aldeias, régulos, religiosos e outros localmente legítimos) no processo de tomada de decisão (*Idem*).

No entanto, os ideais dessa nova tendência na gestão pública moçambicana foram aperfeiçoados no âmbito da implementação da Estratégia Global de Reforma do Sector Público (EGRSP) na fase I (2001-2005) e na fase II (2006-2011) aprovada pelo governo em 2001, que estabeleceu a participação social na gestão como um dos pilares do processo governativo e componente fundamental para a melhoria dos processos de tomada de decisão e do desempenho da administração pública (Ciresp, 2001 *Apud* SIMIONE e CKAGNAZAROFF, 2017). Nessa perspectiva, as instâncias de participação comunitária, especificamente os CLs, foram então institucionalizados pela Lei nº 8/2003, de 18 de maio, que estabelece a organização e funcionamento dos OLE (distritos) e regulamentadas pelo Decreto nº 11/2005, de 10 de Junho. Este último estabeleceu a forma de integração das comunidades e dos líderes tradicionais (que são as autoridades comunitárias que exercem um poder baseado nos costumes e práticas políticas tradicionais e legitimado no seio das respectivas comunidades e são formalmente reconhecidas pelo Estado) nos processos de gestão pública (*Idem*).

Com a introdução do Diploma Interministerial nº 67/2009, de 17 de Abril, foram delineados formalmente os princípios e critérios para a constituição e estruturação formal dos CLs no âmbito dos OLE. Os conselhos nos OLE possuem competências alargadas para actuarem em desenvolvimento económico, saúde, educação, agricultura, transportes, e policiamento comunitário e são compostos por 20 membros na Localidade, que é a subunidade administrativa territorial abaixo do Posto Administrativo, 40 membros no Posto Administrativo, que é a unidade administrativa territorial do Município ou do Distrito, e 50 membros no distrito, que é a unidade administrativa territorial da Província (*Idem*). A tabela a seguir apresenta de forma resumida o enquadramento institucional e legal dado ao processo de governação participativa no país.

Tabela 1. Enquadramento institucional e legal da governação participativa em Moçambique

Directrizes da participação	Descrição
O quadro institucional legal	Constituição da República de Moçambique, no seu nº 2, do Artigo 263; Lei nº 2/1997, de 18 de Fevereiro; Estratégia Global de Reforma do Sector Público (EGRSP, 2001-2011); Lei nº 8/2003, de 18 de maio; decreto nº 11/2005, de 10 de Junho; Diploma Interministerial nº 67/200.

As concepções e pressupostos da GP	Participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia; Consolidação da democracia através da participação como método de governo; Promoção de mecanismos de mobilização da sociedade civil; Participação dos cidadãos em reuniões e discussões sobre assuntos públicos; Influência das acções dos governos locais pela apresentação de opinião; Equilibrar a relação entre a vontade política dos governantes e o interesse público; Participação popular na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas públicas; Direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas.
A constituição das instâncias de participação	Participação da sociedade civil; Envolvimento de lideranças comunitárias; Vinculação dos membros das arenas às associações ou grupos de interesse; Representantes do poder público; Garantia da diversidade entre os representantes da sociedade civil; Critérios para os processos de escolha e indicação dos representantes das comunidades locais.

Fonte: SIMIONE e CKAGNAZAROFF (2017)

2.4.2. Princípios fundamentais da organização para consulta e participação comunitária em Moçambique

Segundo MUSSANE (2020), para a organização da consulta e participação comunitária em Moçambique, o governo definiu três princípios fundamentais: participação, representatividade e diversidade.

- **Princípio de participação:** este princípio afirma que os órgãos de participação comunitária devem ser baseados num processo através do qual as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, influenciam as decisões que lhes afectam, ou seja, o processo de consulta e participação deve trazer para o processo de decisão as preocupações de todas as pessoas que se querem fazer ouvir, o que implica abrangência, equidade e respeito pelas formas de organização legítimas existentes desde que não contradigam com leis vigentes no país.
- **Princípio de representatividade:** este princípio estabelece que os órgãos de consulta e de participação devem representar segmentos específicos da população do Distrito quer na base geográfica das várias localidades, quer na base social dos vários grupos populacionais e de interesses.
- **Princípio da diversidade:** segundo este princípio, a composição dos órgãos de participação devem reflectir em geral a constituição da população local, em termos de género, idade, classe social, etc. De uma forma geral pode se afirmar que o conselho local assenta no princípio de igualdade de tratamento dos cidadãos, direitos a

diferenças, a transparência e diálogo. Os diferentes actores e sectores das comunidades devem estar representados nos órgãos que planificam, implementam e monitoram a planificação e o desenvolvimento social, económico, e cultural das comunidades de acordo com os seus interesses.

Por sua vez FUNG (2006) identifica três dimensões fundamentais da participação pública:

- **Inclusão:** refere-se à extensão em que os membros da comunidade são capazes de participar nos processos de tomada de decisão. Isso inclui garantir que grupos marginalizados ou sub-representados tenham a oportunidades significativas de contribuir e influenciar as decisões. Contudo, segundo o autor, alguns processos participativos estão abertos a todos os que desejam participar, enquanto outros convidam apenas partes interessadas da elite, tais como representantes de grupos de interesse.
- **Deliberação:** envolve o processo de discussão, reflexão e consideração de diferentes perspectivas e argumentos sobre uma questão. A deliberação eficaz permite que os participantes compreendam melhor os problemas em questão e cheguem a decisões informadas e justificadas. Contudo, segundo o autor, em muitas reuniões públicas, os participantes simplesmente recebem informações de funcionários que anunciam e explicam as políticas, nesse sentido, a grande maioria daqueles que participam de eventos como consultas públicas e reuniões comunitárias não apresentam suas opiniões e sugestões, em vez disso, participam como espectadores que recebem informações sobre alguma política ou projecto, e testemunham lutas entre políticos activistas e grupos de interesse.
- **Autoridade:** A terceira dimensão descreve a ligação entre as discussões e as políticas ou acções públicas. Refere-se ao grau em que as opiniões e contribuições dos participantes influenciam as decisões finais.

Essas dimensões são inter-relacionadas e fundamentais para a eficácia dos processos de participação pública, contribuindo para a legitimidade, transparência e responsabilidade das decisões tomadas.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

3. Metodologia

A metodologia adoptada nesta pesquisa desempenha um papel fundamental na investigação da dos mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do. Nesta secção delinaremos as abordagens e técnicas que serão empregues para aprofundar, analisar e interpretar os dados que nos permitirão compreender as complexas dinâmicas da participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

3.1. Método de pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa, adoptou-se a metodologia qualitativa para melhor compreensão do processo da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. De acordo com SILVEIRA e CÓRDOVA (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de determinado grupo social, ou organização. Com isso, a pesquisa qualitativa busca responder a questões muito particulares da realidade que não podem ser quantificados. Por conseguinte ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002). E como aponta PRODANOV e FREITAS (2013), na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte directa dos dados, o pesquisador mantém contacto directo com o ambiente e o objecto de estudo.

A escolha desta abordagem baseou-se na necessidade de capturar as experiências, e percepções dos principais actores envolvidos no complexo e multifacetado processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. Esta abordagem foi adequada para abordar questões complexas, relacionadas à requalificação do mercado do Xipamanine, capturando vozes e perspectivas dos principais actores envolvidos. Ela forneceu uma base sólida para a análise e interpretação dos dados, permitindo uma compreensão holística das dinâmicas do processo de requalificação.

3.2. Quanto a natureza

Quanto a natureza a pesquisa classifica-se como básica, que segundo (PRODANOV E FREITAS, 2013) objectiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

3.3. Quanto aos objectivos

Quanto aos objectivos adoptou-se a pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses (PRODANOV e FREITAS, 2013). Estas pesquisas têm como objectivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão (SELLTIZ *et al.*, 1967 *Apud* Gil, 2002). Esta etapa buscará explorar as diversas perspectivas dos actores envolvidos desde os vendedores até as autoridades locais.

Segundo PRODANOV e FREITAS (2013) a pesquisa descritiva apenas regista e descreve os factos observados sem interferir neles. Ainda de acordo com os autores, a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa descritiva envolve ainda o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. A pesquisa descritiva permitiu a colecta de dados estruturados sobre como os mecanismos de participação estabelecidos durante o processo da requalificação levada a cabo pelo CMCM permitiu a participação efectiva dos comerciantes assim como utentes do mercado.

A combinação dessas duas abordagens enriqueceu a narrativa da pesquisa, enquanto a pesquisa exploratória forneceu uma visão ampla e qualitativa, a pesquisa descritiva preencheu os detalhes, permitindo uma compreensão ampla, o que capacitou o estudo a contribuir para o entendimento e aprimoramento de intervenções urbanas semelhantes.

3.4. Amostra e grupo-alvo

Segundo PRODANOV E FREITAS (2013), as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos grandes que torna impossível considerá-lo em sua totalidade, por essa razão, nas pesquisas sociais, é frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Segundo os mesmos autores, amostragem é parte da população do universo, seleccionado de acordo com uma regra ou plano. Refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio da qual se estabelecem ou se estimam as características do universo ou da população.

Por forma a recolher dados relevantes à pesquisa, o tipo de amostra foi não probabilístico intencional ou de selecção racional, que consiste em seleccionar um subgrupo da população

que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (PRODANOV e FREITAS, 2013). O nosso grupo-alvo foram (3) representantes-chave da Direcção de Mercados e Feiras do Conselho Municipal da Cidade de Maputo envolvidos no processo de planeamento e implementação da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine; (1) responsável pelo mercado informal do Xipamanine; (4) comerciantes e (2) utentes do mercado do Xipamanine. A escolha dos entrevistados foi intencional, visto que, os mesmos respondiam aos requisitos exigidos na pesquisa e a informação fornecida pelas mesmas, foi mais que suficiente para o nosso estudo.

3.5. Critério de escolha dos participantes: inclusão e exclusão

Para o critério de inclusão, os participantes deveriam: ter conhecimento da iniciativa de requalificação levada a cabo pelo CMCM. Ter acompanhado ou participado de alguma das fases do projecto que vão desde o desenho à implementação do projecto.

Para o critério de exclusão, não participaram deste estudo os comerciantes que não participaram do processo de requalificação, ou que tenham chegado depois que se deu a implementação do projecto da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

3.6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Os procedimentos técnicos, dizem respeito a maneira pela qual são obtidos os dados necessários para a elaboração da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013). Para a obtenção de dados este estudo harmonizou três procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias corresponde a toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, etc. a sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (LAKATOS e MARCONI, 2003). Uma revisão abrangente da literatura académica será realizada para identificar as teorias relevantes sobre as áreas pertinentes a pesquisa, e isso permitirá situar o estudo dentro do contexto teórico existente.

A pesquisa documental segundo GIL (2002), assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está entre as fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectos da pesquisa. Tem como fonte de colecta de dados

documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas, etc. (LAKATOS e MARCONI, 2003).

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para revisar a literatura existente sobre governação participativa, políticas urbanas, participação dos cidadãos em processos de requalificação urbana e outras áreas relevantes para o estudo. Foram identificados e revisados livros, artigos científicos, relatórios técnicos e outras fontes académicas que abordem conceitos, teorias e debates relacionados à participação dos cidadãos em processos de tomada de decisão. A partir dessa revisão bibliográfica, foi possível construir uma base teórica sólida para entender os diferentes modelos de participação dos cidadãos em processos políticos, os factores que influenciam a eficácia da participação e as implicações para a governança urbana.

A pesquisa documental foi empregue para colectar e analisar documentos relacionados ao processo de requalificação do mercado do Xipamanine, como relatórios governamentais, planos urbanos, atas de reuniões, legislação pertinente e outros materiais oficiais. Esses documentos forneceram informações sobre os objectivos, estratégias, políticas e procedimentos adoptados no processo de requalificação, bem como dados sobre as decisões tomadas, os atores envolvidos e os impactos da requalificação. A análise desses documentos permitiu contextualizar o estudo, compreender o contexto político e institucional em que a requalificação ocorreu e identificar possíveis lacunas entre a teoria e a prática da participação dos comerciantes informais.

Ao integrar a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, foi possível embasar teoricamente o estudo e fornecer evidências empíricas concretas sobre o processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, o que contribuiu para uma análise aprofundada dos mecanismos de participação dos comerciantes informais.

Para melhor compreensão do processo de requalificação foram feitas também entrevistas, que segundo PRODANOV e FREITAS (2013), é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Ou como aponta FONSECA (2012), a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações relacionadas a um determinado assunto. Para efeitos da pesquisa foram realizadas entrevistas não padronizadas ou não-estruturadas, onde o entrevistador teve a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral,

as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS e MARCONI, 2003). Essas entrevistas proporcionaram um espaço para os participantes compartilharem as experiências, opiniões e desafios relacionados à requalificação. Os detalhes abordados incluíram os resultados da requalificação, os desafios e obstáculos enfrentados e as estratégias de adaptação adotadas. Além disso exploramos suas opiniões sobre o impacto da requalificação na comunidade local e na economia do mercado. As entrevistas foram gravadas e transcritas meticulosamente para garantir a precisão dos dados.

3.7. Técnica de análise de dados

Segundo (PRODANOV e FREITAS, 2013) Após a etapa de colecta de dados, o pesquisador dispõe de todas as informações necessárias à conclusão do trabalho, entretanto, antes da conclusão é necessário agrupar os dados, sintetizando-os, para que sejam ordenados de forma lógica e possam dar as respostas desejadas de forma clara e objectiva. Para efeitos da pesquisa adoptou-se a técnica de análise do conteúdo. É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações (SEVERINO, 2013).

Segundo BARDIN, s/d., *Apud* GIL (2002) a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases, nomeadamente:

- A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha e organização dos documentos, à formulação de hipóteses e a preparação do material para análise. Nesta fase fez-se a leitura atenta das transcrições das entrevistas com os vendedores locais, utentes, chefe do mercado e autoridades municipais responsáveis pelo projecto de requalificação, documentos municipais sobre o projecto e outros materiais relacionados à intervenção no mercado.
- A segunda é a exploração do material que envolve a escolha das unidades, a enumeração e classificação. Nesta fase os registos obtidos por meio de entrevista foram seleccionados minuciosamente para constarem do texto escrito e anexos tendo em conta os objectivos estabelecidos para o trabalho.
- A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados. Nesta fase houve a eliminação de dados irrelevantes, organização estruturada

dos dados textuais, e desenvolvimento dos dados, destacando as experiências, desafios e impactos percebidos pelos vendedores durante o processo de requalificação.

3.8. Princípios éticos observados

Por fim, em consonância com padrões éticos rigorosos, no âmbito da realização das entrevistas garantimos a obtenção de consentimento informado dos participantes antes de participarem das entrevistas, bem como a confidencialidade e o anonimato de suas respostas, os mesmos foram devidamente informados sobre os objectivos da pesquisa. As directrizes éticas foram seguidas em todas as fases da pesquisa. E durante todo o processo de pesquisa, manteve-se uma postura reflexiva, controlando-se as influências e preconceitos que poderiam afectar a pesquisa. Isso garantiu uma abordagem imparcial e cuidadosa à colecta e análise de dados.

3.9. Constrangimentos enfrentados na pesquisa

O constrangimento da pesquisa, muitas vezes chamado de “limitações da pesquisa” ou “restrições da pesquisa”, refere-se a factores que podem afectar a validade, confiabilidade ou generalização dos resultados de um estudo ou pesquisa. Identificar e reconhecer essas limitações é uma parte essencial do processo de pesquisa, pois ajuda os pesquisadores a entenderem as restrições do estudo e a interpretar os resultados de maneira adequada (PRODANOV e FREITAS, 2013). No âmbito da realização da pesquisa deparamo-nos com limitações na disponibilidade de estudos específicos sobre a requalificação de áreas urbanas informais em Moçambique. Houve dificuldade para a obtenção de alguns documentos oficiais devido a restrições institucionais assim como pela ausência de documentos electrónicos disponíveis publicamente. Contudo estes factos em nada comprometem a validade e fiabilidade da pesquisa, pois estratégias alternativas de colecta de dados foram exploradas assim como fontes adicionais para compensar a falta de documentos oficiais.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo visa apresentar e discutir os resultados colhidos através da entrevista semiestruturada e revisão bibliográfica, este processo foi realizado, obedecendo os pressupostos metodológicos propostos nesta pesquisa para responder as perguntas de pesquisa.

Os dados estão organizados da seguinte maneira: (i) breve caracterização do Município de Maputo, (ii) descrição do objecto de estudo; (iii) razões por detrás da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine; (iv) breve apresentação do projecto de requalificação do mesmo, (v) identificação dos mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação; (vi) análise de como os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação permitiram a participação efectiva dos comerciantes informais; (vii) aferir como os mecanismos de participação impactaram a iniciativa de requalificação; por fim apresentar-se-á a conclusão e as recomendações.

4. Breve Caracterização do Município de Maputo

4.1. Localização, superfície e população

O Município de Maputo localiza-se na margem ocidental da Baía de Maputo, no extremo sul do país. É limitado a Oeste pelo Distrito de Boane, a Este é limitado pelo Oceano Índico, a Sul pelo Distrito de Matutuine e a Norte pelo Distrito de Marracuene. O município tem uma área de 346,77 quilómetros quadrados, e possui uma população estimada em cerca de 1.127.565 habitantes (INE, 2023).

Figura 2. Mapa do Município de Maputo



Fonte: Perfil Estatístico do Município de Maputo (2007)

Administrativamente, o Município de Maputo está dividido em 7 distritos municipais (DMs), nomeadamente: Ka Mphumo; ka Lhamankulo; ka Maxaquene; ka Mavota, Ka Tembe; Ka Nyaka e Ka Mbukwane. Os DMs se encontram divididos em um total de 64 bairros, sendo os

DMs Ka Mavota e Ka Mbukwane os mais populosos e os de Ka Nyaka e Ka Tembe os menos populosos, conforme mostra o quadro a seguir:

Tabela 2. Distribuição dos habitantes do Município de Maputo pelos Distritos Municipais

Distrito Municipal	Nº total da população	Homens	Mulheres	Bairros
Ka Mphumo	106 346	5146	54795	Central A, B e C; Alto Maé A e B; Polana Cimento A e B, Coop e Sommerschiel
Ka Nlhamankulu	155 462	76 263	79 263	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuine; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana
Ka Maxaqueni	223 688	109 200	114 488	Mafalala A e B; Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B e Urbanizaçã
Ka Mavota	293 768	141 302	152 466	Mavalane A e B; FPLM; HuleneA e B; Ferroviário; Laulane; 3 de Fevereiro; Mahotas; Albazine e Costa do sol
Ka Mubukwana	293 998	141 166	152 832	Bagamoyo; George Dimitrov; Inhagoia A e B; Jardim, Luis Cabral; Magoanine; Malhazine; Nsalane; 25 de Junho A e E, e Zimpeto
Ka Tembe	20 629	9 964	10 665	Gwachene; Chale; Inguce; Ncassene e Xamissava
Ka Nyaka	5 211	2 448	2 763	Ingwane; Ribjene e Nhaquene
Total	1 099 102	531747	567272	64

Fonte: Perfil Estatístico do Município de Maputo (2007)

4.2. História

A cidade que já foi chamada Baía de Ka Mphumo, Baía Formosa, Baía da Boa Paz, Delagoa Bay e, a partir de 1782, Lourenço Marques, ascendeu à categoria de cidade em 1887. Capital colonial desde 1898, manteve o estatuto após a independência do país e passou a ser designada Maputo a partir de 1976, por directiva de Samora Machel. O nome provém do Rio Maputo, que marca parte da fronteira sul do país. A cidade constituiu administrativamente um município com governo eleito desde 1980, nesta senda, a autarquia é dirigida desde Novembro de 1998 por um Conselho Municipal (CM), órgão executivo colegial, constituído por um presidente para um mandato de cinco (5) anos e por vereadores por ele designados. O CM é fiscalizado

pela Assembleia Municipal, composta também por membros eleitos por voto directo (CMCM, 2024).

4.3. Economia

O município de Maputo é responsável por 20,2% do Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano. Os sectores de comércio, transporte e indústria manufatureira são os mais significativos, contribuindo respectivamente, com 29,6%, 29,5% e 12,4% da produção nacional, de acordo com o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2006).

4.4. Descrição do objecto de estudo

O Mercado Informal do Xipamanine, anteriormente designado por “campo”, foi criado em 1992, legalizado e reconhecido pelo governo de Moçambique em 1999, graças a intervenção da Associação dos trabalhadores do sector informal (ASSOTSI), também criada em 1999 (NHACALE, 2013). O mercado informal do Xipamanine localiza-se na Cidade de Maputo, no Distrito Municipal Ka Lhamankulo, nas proximidades da Rua Irmão Ruby e, conforme os dados do censo de 2007, este distrito tem cerca de 155 385 habitantes e é composto por sete bairros nomeadamente, Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuíne; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana e segundo a posição científica do mapa de Moçambique, está limitado a norte pela Rua 2447, a sudeste pelo mercado formal de Xipamanine e a Oeste pela rua nº 238 (*Idem*).

Segundo MUCAVELE (2021) o mercado do Xipamanine foi formado por pessoas que vieram de diferentes esquinas da cidade de Maputo no dia 3 de agosto de 1989. Estas pessoas desenvolviam as suas actividades num espaço aberto que na altura era tido como feira comercial. O mercado informal do Xipamanine é actualmente um dos maiores e mais importantes mercados situados na capital do país (STACCIARINI e SILVA, 2018). seguindo as designações da postura municipal sobre mercados e feiras, o mercado do Xipamanine pode ser considerado de classe A e, desempenha um papel importantíssimo para a comunidade local e não só, pois serve como um ponto central para actividades comerciais, proporcionando aos moradores acesso a uma variedade de produtos essenciais, desde alimentos frescos até artigos de vestuário e artesanato. O mercado oferece oportunidades de emprego para muitos residentes locais, principalmente para pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, entre outros; cria um ambiente onde a comunidade se reúne, promovendo interacções sociais e fortalecendo os laços comunitários; permite acesso a produtos acessíveis atendendo às diferentes necessidades de diferentes grupos socioeconómicos na região, etc (NHANCALE, 2013).

O comércio informal no mercado do Xipamanine divide-se em fixo e itinerante ou ambulante, o fixo ocorre nas bancas fixas e nos passeios, o ambulante é praticado por operadores que deambulam na estrada e dentro do mercado. O comércio fixo ocorre em barracas de material convencional e em bancas precárias, geralmente feitas de material misto (uma base de estacas, madeira ou chapas de zinco, paredes de blocos ou de estacas, cobertura de chapas de zinco). As barracas e bancas estão dispostas em filas, com corredores muito apertados, criando um ambiente bastante congestionado. Todavia, os corredores não são muito consistentes, a sua largura e o seu comprimento não são uniformes, nalguns casos os corredores não passam de becos sinuosos e muito perigosos, as barracas e bancas variam não só em termos de material de fabrico, mas também em termos de dimensões e, este quadro indica a ocupação desordenada do espaço no mercado informal.

Figura 3. Imagens do mercado do Xipamanine



Fonte: Jornal o País

4.5. Razões para a requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine

O projecto de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, arrancou no ano de 2020, período em que eclodiu a pandemia da COVID-19. A pandemia da COVID-19 teve repercussões profundas e multifacetadas em todo o mundo, transcendentemente manifestadas nos mercados informais, estes que constituem uma parte vital da economia global (IBRAIMO e RODRÍGUEZ, 2021). Contudo, a disseminação do vírus e as medidas de contenção associadas impuseram desafios inéditos a este sector da economia, expondo a vulnerabilidade de milhões de trabalhadores informais, pois, os mesmos por norma auferem baixos rendimentos e não têm qualquer mecanismo de protecção social e laboral o que os tornou mais vulneráveis aos efeitos adversos da crise sanitária (OIT, s/d). A vulnerabilidade foi também potencializada pelos característicos problemas que grande parte dos mercados informais apresentam e, Segundo o Guião Metodológico Para Elaboração de Planos Directores

de Mercados e Feiras (2020), na sua maioria os mercados informais em Moçambique apresentam problemas como:

- Difícil acesso pela inexistência ou má situação das rodovias, ou do seu congestionamento, motivado pela ocupação das mesmas por vendedores;
- Infra-estrutura para as comercializações precárias ou inexistentes: produtos expostos no chão e/ou ao ar livre. A exposição a altas temperaturas e a luz solar podem ser prejudiciais aos produtos frescos. A disposição dos produtos no chão facilita a contaminação dos mesmos o que pode desencadear outros problemas sanitários;
- Falta de condições de refrigeração: produtos com necessidades mais específicas como carnes e pescados, comercializados sem equipamentos e infra-estrutura adequada;
- Superlotação dos mercados: a aglomeração das áreas de venda e das áreas de circulação prejudicam o funcionamento adequado dos mercados, para além de aumentar outros riscos (incêndios, desmoronamento de infra-estrutura, etc.);
- Infra-estruturas inexistentes ou inadequadas para o abastecimento de água, energia, ventilação, gestão de resíduos, e sanitários públicos;
- Abastecimento deficiente de água e saneamento do meio: condições sanitárias precárias e abastecimento de água inexistente, ou insuficiente;
- Os mercados são pobres em termos estéticos (visuais): deficiente integração na malha urbana existente e atractividade; e
- Deficiente mecanismos de auto-sustentabilidade, que garanta uma manutenção eficiente das infra-estruturas dos mercados, etc.

Figura 4. Foto do mercado do Xipamanine



Fonte: cidadão activo wordpress

Todo o conjunto de problemas que afectam os mercados informais mostraram-se mais desafiadores no contexto da COVID-19, na medida em que, a adopção pelos governos de

medidas rigorosas com vista a prevenir a propagação do vírus eram de difícil cumprimento atendendo a realidade vivida nos mercados informais. Um exemplo disso é que a necessidade de intensificação da higiene nesses locais e do distanciamento social tornou-se difícil se não impossível de cumprir, uma vez que os mercados informais são caracterizados pela deficiência de saneamento, falta de infra-estruturas de abastecimento de água e pela superlotação o que claramente não vai de encontro com as medidas amplamente difundidas para a prevenção da COVID-19 (IBRAIMO e RODRÍGUEZ, 2021). Nesse sentido, medidas se fizeram necessárias com vista a prevenir e mitigar efeitos da COVID-19 sobre este segmento excluído da sociedade por um lado, e por outro tornar possível o contínuo exercício das actividades comerciais sem que questões ligadas à segurança sanitária fossem colocadas em causa.

As medidas de combate à pandemia da COVID-19 tiveram efeitos directos sobre os agentes económicos informais, em particular os que praticam o comércio de produtos variados nos mercados, nas ruas e nos passeios, entre outros (AGY, MAQUENZI, MOSCA, 2020). O distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e higienização intensificada tornou-se imperativa, influenciando directamente a operação desses espaços comerciais, nesse sentido, as restrições económicas decorrentes da pandemia afectaram profundamente os mercados informais na medida em que:

- Houve a redução do volume de mercadorias nos mercados informais como resposta a queda do número de clientes assim como a queda da procura, o que consubstanciou a diminuição dos rendimentos dos agentes comerciais (IBRAIMO, RODRÍGUEZ, 2021);
- Com a aprovação de medidas que visavam mitigar os efeitos adversos da COVID-19, houve a redução do horário de trabalho e, em alguns casos, certos tipos de actividades comerciais foram proibidas no interior ou ao redor dos mercados, o que deixou os operadores informais sem fonte de renda para garantir a sua sobrevivência assim como de seus dependentes (AGY, *et al.*, 2020);
- Houve o abandono dos mercados por parte dos comerciantes, onde os mesmos deixavam de ter uma banca fixa no interior dos mercados para venderem as mercadorias nas ruas ou passeios na tentativa de irem ao encontro de potenciais compradores de suas mercadorias;
- Enceramento das actividades comerciais, onde muitos trabalhadores do sector informal cessaram as actividades comerciais, ou seja, ficaram desempregados ao deixarem de trabalhar por conta da baixa rentabilidade do comércio desencadeada pela escassez da

procura das mercadorias por parte dos clientes. O desemprego afectou particularmente os vendedores que vendem roupa e calçado de segunda mão;

- Por serem informais muitos dos vendedores não tinham acesso à protecção social e aos programas de apoio empresarial implementados pelo governo em resposta a COVID-19, e como consequência houve a deterioração das condições de trabalho dos operadores do comércio informal e isso consubstanciou para o aumento da vulnerabilidade e da insegurança tanto de trabalho quanto de renda (IBRAIMO e RODRÍGUEZ, 2021);

Diante deste cenário desafiador, a adaptação rápida tornou-se a chave para a sobrevivência dos operadores do comércio informal, destacando-se assim a necessidade de estratégias abrangentes para apoiar os mesmos, assim como fortalecer a sua resiliência em futuras crises, sejam elas de qual tipo forem. A requalificação emerge assim como um instrumento catalisador para a reavaliação e o aprimoramento das estratégias que visam mitigar os efeitos nefastos da pandemia da COVID-19. A requalificação aqui abordada, não tinha em vista apenas melhorar as condições de trabalho e infra-estrutura, mas também proporcionar um ambiente económico sustentável para os actores neles envolvidos.

4.6. O Projecto de requalificação do mercado informal do Xipamanine

Actualmente a requalificação urbana está no centro de grande parte das políticas urbanas, como um eixo potenciador da melhoria do espaço público assim como da qualidade de vida das populações urbanas (CELESTINO, 2014). No contexto da COVID-19, a mesma emerge como forma de resolução de diversos problemas urbanos, principalmente para prevenir e mitigar os efeitos causados pela pandemia global.

Segundo IBRAIMO e RODRÍGUEZ (2021) a eclosão da COVID-19, mostrou-se como um grande desafio tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, contudo, ela teve impacto e tratamento variados nos diferentes contextos. Não obstante, é inegável que a pandemia teve um impacto maior nos países desenvolvidos levando em consideração o número de mortes registadas. Todavia, ela teve seus efeitos nos países em desenvolvimento, com principal destaque para o sector informal mais concretamente para a área dos mercados, que na maioria das vezes são caracterizados pela deficiência de saneamento, infra-estrutura inadequadas, aglomerados de pessoas, entre outras questões que se mostraram centrais para a prevenção e combate da COVID-19. Assim, várias estratégias foram traçadas com vista fazer face aos efeitos da pandemia, dentre elas está a requalificação dos mercados informais para que os mesmos não se constituam polos de contaminação e propagação do vírus (AGY *et al.*, 2020).

ROBERTS (2000) citado por FERREIRA (2006) considera que a requalificação é a resposta às oportunidades e desafios que se apresentam às cidades num determinado tempo e espaço, devido a degradação urbana. Para o mesmo autor, o processo de requalificação tem sido assim estimulado pela necessidade de se responder a problemas associados com mudanças económicas, novas tendências sociais e a deterioração física dos ambientes urbanos (*Idem*). Neste sentido a requalificação urbana visa dar resposta aos problemas urbanos assim como procura melhorar as condições económicas, físicas, sociais e ambientais de uma dada área, que tem sido sujeita a alterações (*Idem*).

No contexto da COVID-19 a requalificação visava essencialmente organizar os mercados informais com vista a prevenir a propagação da COVID-19, promovendo práticas que equilibrassem a dinâmica entre saúde pública e as actividades comerciais. Nesse sentido, com vista a alcançar tal objectivo seria feita uma intervenção profunda que, só ocorre quando há possibilidade de intervir na estrutura do mercado e, como os mercados informais são caracterizados por uma estrutura não consolidada, considerou-se que as intervenções em relação a distribuição do espaço seriam mais flexíveis, com maior viabilidade de alterações estruturais e de maior impacto já que na maioria das vezes se situam em locais improvisados (Guião para adaptação espacial dos mercados no âmbito da prevenção da COVID-19, 2020).

Segundo o Guião para adaptação espacial dos mercados no âmbito da prevenção da COVID-19 (2020) as acções a serem levadas a cabo no processo de requalificação consistiam em:

- Requalificar o mercado para torná-lo mais seguro e resiliente diante dos desafios apresentados pela pandemia da COVID-19. Assim seriam introduzidas medidas sanitárias rigorosas de higiene para garantir a segurança dos comerciantes e frequentadores, incluindo pontos de higienização, distanciamento social adequado e práticas de limpeza reforçadas;
- Definir e reduzir os acessos e as saídas: a primeira acção é a definição de um número limitado de acessos e saídas e para tal o perímetro tem de ser cercado;
- Definir fluxos de circulação: os fluxos dentro dos mercados deveriam ser definidos com o objectivo de evitar que as pessoas se cruzassem e que estivessem em contacto;
- Definir as áreas de cargas e descargas de produtos e as áreas de saída e depósito de lixo;
- Divisão do espaço de venda e de circulação: uma vez que as áreas de venda de bens são separadas, era necessário a reorganização do espaço, onde deveriam ser geradas áreas com o distanciamento de 1,5/2 metros. E neste processo tinham que se definir os

recursos essenciais para cada área, ou seja, água potável e recolha de águas negras, electricidade e luz, etc;

- Definir as áreas de compras para cada tipo de produto: é importante que para manter a higiene do local, os bens de origem animal, vegetal, entre outros fossem separados e se possível ter acesso à água nos sectores de venda de bens alimentares.
- Seriam feitas intervenções infra-estruturais, com o objectivo de permitir uma maior circulação, espaçamento adequado entre as bancas considerando as directrizes de distanciamento social;
- Por último, o projecto tinha em vista a construção de um mercado anexo para onde os vendedores informais que operavam em locais impróprios como passeios seriam reintegrados e consequentemente formalizar as actividades por eles desenvolvidas.

A requalificação urbana implica que qualquer tentativa de eliminar os problemas encontrados nas cidades deva ser realizada a longo prazo de forma mais estratégica e com objectivos definidos, neste sentido, segundo ROBERTS (2000) citado por FERREIRA (2006), com vista a alcançar os objectivos da requalificação que se resume essencialmente na eliminação dos problemas que afectam as populações urbanas, a requalificação deve reger-se pelos seguintes princípios:

- Ser baseada numa análise detalhada das condições de uma dada área urbana;
- Permitir a implementação de uma estratégia integrada para a resolução dos problemas das áreas urbanas e assegurar que essa estratégia, os projectos e sua implementação se realizem de acordo com os objectivos do desenvolvimento sustentável;
- Ter objectivos operacionais que quando possível são quantificados;
- Fazer a melhor utilização dos recursos naturais, económicos e humanos, incluindo os usos e infra-estruturas já existentes;
- Procurar consenso através da promoção de uma participação pública e cooperação de todos os agentes com interesses legítimos na área onde se irá realizar a requalificação, o que poderá ser atingido através de parcerias ou outros modos de trabalho;
- Reconhecer a importância da medição dos progressos realizados através da avaliação do cumprimento dos objectivos e a monitorização das mudanças e das influências das forças internas e externas que actuam sobre áreas urbanas; e
- Aceitar que provavelmente os programas terão que ser revistos, após a fase inicial pois poderá ser necessário, a dada altura, redireccionar os recursos por forma a manter-se o equilíbrio e cumprir os objectivos e as estratégias definidas.

4.7. Os mecanismos de participação dos comerciantes informais criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine

Esta secção tem em vista identificar os espaços e mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. A requalificação urbana é um processo complexo que requer não apenas intervenções físicas, mas também a participação activa e engajada dos cidadãos afectados (NGUENHA, 2009). Neste ponto procuramos identificar os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

O processo de governação prevê a existência de um conjunto de mecanismos de participação dos cidadãos e de organizações locais no âmbito da implementação de programas socioeconómicos, em prol do desenvolvimento local. Nesta senda, o Decreto nº 15/2000 define os mecanismos de articulação entre os Órgãos Locais e as comunidades, principalmente as Autoridades Comunitárias e os Conselhos Locais. o método de trabalho preconizado como forma de relacionamento dos Órgãos Locais do Estado com as comunidades é o da **auscultação pública** (Decreto nº 15/2000, art. 2º). Segundo CANHANGA (2007), o quadro legal define a necessidade dos órgãos das autarquias locais auscultarem as opiniões e sugestões das autoridades tradicionais reconhecidas pelas comunidades como tais, de modo a coordenarem com elas a realização de actividades que visem a satisfação das necessidades específicas das referidas comunidades.

O Artigo 117 do Decreto nº 11/2005 de 10 de Junho (Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado), estipula que a participação e consulta é feita através dos **Conselhos Consultivos Locais** (ao nível do distrito, posto administrativo, localidade, e povoação). O Conselho Local é um órgão de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso (DM nº 67/2009, de 17 de Abril). O Artigo 118 do Decreto nº 11/2005 de 10 de Junho, define que integram os Conselhos Locais: as autoridades comunitárias, os representantes de grupos de interesse de natureza económica, social e cultural escolhidos pelos conselhos locais, sendo que o reconhecimento das autoridades comunitárias é feito pelo competente representante do Estado (Artigo 155º). O Estado em Moçambique concebe também o **Planeamento Participativo**, através do qual é definido com a população o leque de prioridades de desenvolvimento local e de combate a pobreza. Segundo SIMIONE (2020) existem também os fóruns de articulação entre governos locais e a sociedade civil,

conhecidos como **Observatórios de Desenvolvimento (OD)** cuja função principal é realizar monitoria e avaliação conjunta dos resultados das acções governamentais.

No contexto específico da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, através da entrevista com um dos representantes da Direcção de Mercados e Feiras do CMCM, foram obtidas informações valiosas que permitiram identificar os mecanismos de participação implementados no âmbito do projecto. O entrevistado procedeu:

A quando do processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, houve a realização de auscultações públicas com os comerciantes, consultas públicas, seminários públicos realizados em parceria com a Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO), houve ainda a criação de uma comissão técnica que envolvia diversas unidades orgânicas do Conselho Municipal da Cidade de Maputo assim como grupos de vendedores do mercado do Xipamanine.

O entrevistado acrescentou ainda:

No processo de auscultações públicas, foram realizados encontros em vários momentos com diversos grupos da sociedade, designadamente, Vereadores, Directores Municipais e seus adjuntos, Técnicos, membros da Comissão de Vendedores, vendedores do mercado, moradores de Bairros que circundam o mercado do Xipamanine, Secretários de Bairro do Distrito Municipal de Nlhamankulu, entre outros actores relevantes. Durante o processo de auscultação, enfatizou-se a importância da transparência e do acesso à informação, bem como uma abordagem colaborativa adoptada para lidar com possíveis desafios e conflitos.

O exposto acima, evidencia a aparente preocupação do município em promover uma participação efectiva e inclusiva dos cidadãos, reconhecendo o papel fundamental dos comerciantes informais como *stakeholders* importantes no processo de requalificação urbana.

No decorrer da entrevista o entrevistado acrescentou:

A requalificação do mercado informal do Xipamanine é um projecto que já vinha sendo desenhado desde tempos antigos pelo CMCM, e a COVID-19 apenas serviu para acelerar a sua implementação, e prova disso é que no ano de 2015 o CMCM em parceria com a UEM, concretamente com a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, elaborou o projecto executivo para a requalificação, contudo, o projecto não teve andamento por conta da indisponibilidade financeira do CMCM uma vez que só para a elaboração do projecto tinha que ser desembolsado mais de dois milhões de meticais, valor que só se referia a 10% do valor do contrato total.

Com o depoimento exposto acima, ficou evidente que a eclosão da pandemia influenciou na implementação do projecto de requalificação do mercado do Xipamanine, como forma de

garantir à segurança dos comerciantes e utentes deste mercado, visto que, estes locais eram considerados de alto risco no contexto da COVID-19. Contudo, o entrevistado declarou que embora o projecto não tenha sido efectivado por razões de ordem financeira, questões referentes a participação sempre foram priorizadas, tanto que:

Houve um encontro solicitado pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, da Universidade Eduardo Mondlane, com vista a preparação da reunião de auscultação do projecto de requalificação do Mercado do Xipamanine, e o processo obedeceria três fases, nomeadamente, apresentação do projecto aos técnicos do Conselho Municipal, apresentação e auscultação aos vendedores, moradores do Bairro, agentes económicos, empresas públicas, entre outros, e haveria um último encontro com os vendedores e moradores do Bairro, para uma auscultação final do projecto.

A tabela a seguir ilustra de forma detalhada os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

Tabela 3. Mecanismos de participação dos comerciantes informais no âmbito da requalificação do mercado do Xipamanine

Mecanismos de participação	Objectivos	Principais intervenientes
Auscultação pública	Inclusão, participação, e transparência no processo de tomada de decisão, permitir o acesso a informação, identificando as necessidades e prioridades dos comerciantes, com vista, construção de consenso e legitimidade, assim como identificar soluções eficazes para os problemas por eles enfrentados	Comerciantes informais; autoridades municipais; residentes dos bairros; organizações da sociedade civil
Consulta pública	Visa garantir transparência, inclusão e a participação dos comerciantes, permitindo que os seus anseios sejam ouvidos e considerados no âmbito da tomada de decisão	Comerciantes informais; autoridades municipais, residentes dos bairros; organizações da sociedade civil
Seminários públicos	Auscultar os principais desafios enfrentados pelos comerciantes informais, promover o diálogo social entre os diferentes	Autoridades municipais; representantes das associações da economia informal, comerciantes informais.

	intervenientes que operam na economia informal	
Fóruns técnicos	Criar um espaço de discussão e colaboração, onde os especialistas ou técnicos compartilham conhecimentos, experiências e perspectivas relevantes relacionadas à requalificação do comércio informal; facilitar a identificação e análise de soluções técnicas para os desafios enfrentados no processo de requalificação.	Representantes das comissões dos comerciantes informais, autoridades municipais (técnicos: engenheiros civis; planificadores e gestores ambientais e especialistas em urbanismo e planeamento urbano)

Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas feitas

4.8. De que forma os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine permitiram a participação efectiva e engajada dos comerciantes

Na secção anterior foram apresentados os mecanismos de participação dos comerciantes informais criados no âmbito da requalificação. A presente secção destina-se a apresentar e discutir de que forma tais mecanismos de participação permitiram o engajamento e a participação efectiva dos comerciantes.

Segundo NGUENHA (2009) a participação dos cidadãos nos processos de requalificação é de extrema relevância, pois desempenha um papel fundamental na garantia de um desenvolvimento urbano justo, equitativo e sustentável. Como parte integrante da comunidade local e actores económicos significativos, os comerciantes informais têm conhecimentos e perspectivas únicas que devem ser consideradas nas decisões relacionadas à requalificação do mercado informal do Xipamanine. No entanto, a pesar de terem sido criados espaços e mecanismos de participação no âmbito da requalificação com vista a garantir que as necessidades e perspectivas dos comerciantes fossem consideradas, a análise dos resultados revelou uma série de desafios que limitaram a participação efectiva e engajada dos comerciantes informais no processo de requalificação. A seguir serão apresentadas algumas dificuldades enfrentadas.

4.8.1. Barreiras de acesso aos espaços de participação: auscultação e consulta pública pouco acessível

No contexto da requalificação do mercado do Xipamanine, as auscultações e consultas públicas eram o espaço para os comerciantes expressarem suas opiniões sobre questões como a reorganização do espaço físico do mercado, as condições de trabalho, a infraestrutura necessária e outras questões relacionadas ao processo de requalificação. Embora as consultas públicas sejam essenciais para garantir a participação da comunidade nas decisões que afectam suas vidas, diversos obstáculos tornaram esse mecanismo pouco eficaz em envolver efectivamente os comerciantes informais.

Um dos principais desafios foi a **falta de acessibilidade das consultas públicas**, tanto em termos de localização física quanto de disponibilidade de informações em linguagem acessível. Muitas das vezes, as consultas foram realizadas em locais distantes ou em horários que não eram convenientes para os comerciantes informais, que já enfrentavam demandas intensas em suas actividades comerciais diárias. Como resultado, muitos comerciantes informais se sentiram excluídos do processo de consulta pública e incapazes de expressar suas opiniões e preocupações de maneira eficaz tal como evidencia o depoimento de um dos entrevistados:

no processo da requalificação nós tivemos dificuldades para ter acesso as reuniões, pois muitas das vezes essas actividades eram realizadas em horários e locais que eram difíceis para nós comparecermos, especialmente porque temos nossos negócios para administrar durante o dia.

A análise dos resultados revelou ainda a existência de dois factores que condicionaram a participação efectiva dos comerciantes informais. **A falta de divulgação adequada**, pois a divulgação sobre datas, locais e procedimentos para participar das consultas públicas não alcançou todos os comerciantes informais, o que resultou em uma fraca participação, como evidencia a declaração de outro entrevistado:

As informações sobre as reuniões não eram comunicadas de forma clara ou acessível para nós, por isso não tínhamos conhecimento sobre quando e onde essas actividades estavam acontecendo, ou sobre como poderíamos nos inscrever para participar.

O depoimento supracitado evidencia a ineficácia das estratégias de comunicação sobre os mecanismos de participação e as actividades relacionadas ao processo de requalificação. Outro problema constatado foi a **desconfiança nas autoridades responsáveis pela requalificação**, devido ao histórico de exclusão, ou seja, a desconfiança nas autoridades municipais, era baseada em experiências anteriores de marginalização e falta de resposta às preocupações dos

comerciantes. Este facto resultou em um ambiente de cepticismo em relação à eficácia dos espaços de participação, como arenas de deliberação, onde os diversos *stakeholders* envolvidos pudessem expressar suas opiniões, influenciar as decisões e, eventualmente, sentir-se parte integrante do processo de requalificação. Como consequência os comerciantes optaram por não participar das auscultações e consultas públicas, como evidencia o depoimento a seguir:

Já antes houve projectos de requalificação no mercado do Xipamanine, e as autoridades municipais prometeram muitas melhorias para o mesmo, contudo, tais promessas nunca foram cumpridas. Então, muitos de nós pesamos: por quê ir? Para quê falar, se tudo vai permanecer na mesma.

Outro entrevistado acrescentou:

Além disso, nunca vimos um retorno sobre nossas opiniões. Participamos de algumas reuniões no começo, mas nunca recebemos feedback sobre nossas sugestões, e isso só aumentou nossa desconfiança.

Essa situação é bem ilustrada pela escala de participação de ARNSTEIN (1969), onde a participação se encontra nos níveis mais baixos, como “Manipulação” e “Therapy”, onde a participação pública é apenas simbólica, sem impacto real nas decisões. Nesse sentido, os comerciantes sentiam que sua participação era apenas para cumprir uma formalidade, sem a intenção genuína de considerar suas contribuições no processo decisório, o que resultou na falta de engajamento por parte dos comerciantes informais.

Embora as consultas públicas e auscultações sejam ferramentas importantes para promover a participação dos comerciantes informais, é essencial que elas sejam realizadas de forma acessível, transparente e responsiva às necessidades dos comerciantes, e superar os desafios enfrentados pelas consultas públicas requer o comprometimento das autoridades responsáveis em garantir uma participação significativa e inclusiva dos comerciantes informais.

4.8.2. Seminários e fóruns técnicos excludentes

Os seminários e fóruns técnicos são eventos que proporcionam um espaço para discussão e troca de conhecimentos sobre determinado tema ou questão, no caso, a requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. Esses eventos geralmente reúnem uma variedade de participantes, incluindo representantes governamentais, especialistas técnicos, líderes comunitários, e ,no presente contexto, comerciantes informais, com o objectivo de promover diálogo e o entendimento mútuo sobre as questões em pauta.

No contexto da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, os seminários e fóruns técnicos foram realizados para abordar diferentes aspectos como, infra-estrutura, regulamentação do comércio informal, entre outros. Nesses eventos foram feitas apresentações, debates, mesas redondas e sessões de perguntas e respostas, proporcionando oportunidades para os participantes compartilharem suas perspectivas e contribuírem para o desenvolvimento de soluções colaborativas. No entanto, a análise dos resultados revelou que os seminários e fóruns técnicos foram excludentes para os comerciantes informais. Os comerciantes informais relataram que os seminários e fóruns técnicos eram realizados em horários que coincidiam com seus horários de trabalho. Como a maioria dos comerciantes passa o dia inteiro no mercado, os eventos realizados durante o horário comercial impediram a participação de um número significativo de comerciantes, tal como evidencia o depoimento abaixo:

Os fóruns eram sempre durante o dia, quando estávamos trabalhando. Não podíamos deixar nossas bancas para participar.

Um outro comerciante declarou:

Se os encontros fossem depois do expediente, abriria espaço para que mais de nós pudéssemos participar de forma efectiva e contribuir nas decisões que afectam as nossas vidas e negócios.

A análise dos resultados revelou ainda, que esses eventos frequentemente favoreciam a participação de especialistas, autoridades municipais e outros *stakeholders* com conhecimento técnico, excluindo os comerciantes informais, cujas perspectivas e experiências eram fundamentais para o sucesso da requalificação. Este facto criou uma barreira para os comerciantes informais, que não possuíam o mesmo nível de conhecimento técnico participarem plenamente das reuniões, tal como evidencia o depoimento:

As reuniões eram cheias de engenheiros e técnicos do CCMC que abordavam questões que não eram de fácil entendimento para nós, assim sentíamos que não podíamos contribuir.

O entrevistado acrescentou ainda:

Nas reuniões eram mais abordadas questões técnicas em relação as necessidades diárias dos comerciantes assim como do mercado no geral.

O depoimento supracitado, aponta para a ênfase no conhecimento técnico e conseqüente desconsideração das necessidades práticas e cotidianas dos comerciantes informais. Nesse

sentido, as soluções propostas pelos especialistas muitas vezes não alinhavam com a realidade do comércio informal, como evidencia o depoimento de um dos comerciantes:

Os técnicos e engenheiros planeavam tudo sem perguntar aos comerciantes informais o que realmente precisavam para exercer as suas actividades.

Ao que outro comerciante declarou:

O novo mercado aparentemente estava bonito, mas não era prático para o nosso o trabalho, pois, os clientes se quer entravam no mercado.

O exposto anteriormente, evidencia que a falta de envolvimento dos comerciantes informais resultou em soluções que não tendiam as necessidades específicas dos mesmos. Nesse contexto, as decisões técnicas ou administrativas foram percebidas como sendo tomadas de cima para baixo, sem levar em consideração as preocupações dos comerciantes informais. Por conseguinte, fica evidente que a participação dos comerciantes informais no processo de requalificação estava nos níveis inferiores da escala de Arnstein, como “Manipulação” e “Consulta”. Os especialistas e técnicos detinham o controlo do processo, e os comerciantes informais não tiveram a oportunidade de avançar para níveis mais altos de participação, como “Parceria” ou “Delegação de poder”, onde teriam mais controlo sobre as decisões que afectam suas vidas e negócios.

Importa destacar que a composição dos participantes dos fóruns técnicos nem sempre reflectia a diversidade de interesses e as necessidades dos comerciantes. Os comerciantes informais na sua maioria tinham diferentes perspectivas e preocupações em relação ao processo de requalificação, e, muitas das vezes os representantes designados para participar dos fóruns ou seminários não reflectiam adequadamente essa diversidade e as necessidades dos comerciantes informais, como aponta o depoimento a seguir:

Durante o processo de requalificação, nós, comerciantes informais, sentimos que nossas vozes não foram adequadamente representadas. Muitas vezes, os representantes designados para participar dos fóruns e seminários não tinham uma compreensão real das nossas preocupações e necessidades como comerciantes informais.

Nesse sentido, fica evidente que durante os seminários e fóruns técnicos, os comerciantes informais enfrentaram barreiras significativas para participar plenamente do processo decisório. Essas barreiras incluíam ainda a falta de acesso a informações relevantes, a linguagem técnica e burocrática utilizada nos eventos e a ausência de espaços seguros e

inclusivos para expressarem suas preocupações e contribuições. Como resultado, os seminários e fóruns técnicos falharam em capturar as necessidades e perspectivas dos comerciantes informais, resultando em decisões que não reflectiam suas realidades ou interesses. Isso levou a um maior sentimento de exclusão e desconfiança em relação ao processo de requalificação, minando a legitimidade e eficácia dos mecanismos de participação.

A partir da análise dos resultados apresentados, observamos que, no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine, foram empregues métodos não deliberativos, como envolvimento cívico passivo, consultas simbólicas e manipulação de processos participativos, assim como, houve barreiras de acesso aos espaços de participação, falta de acesso à informação, auscultações e consultas públicas pouco acessíveis por conta da falta de divulgação e desigualdade de poder nos espaços de participação. Seminários e fóruns técnicos excludentes por conta da complexidade dos temas abordados, falta de representatividade, exclusão e marginalização e falta de transparência. Todo esse conjunto de desafios foi identificado como factores que limitaram a participação efectiva e engajada dos comerciantes informais.

Em muitos casos, os mecanismos de participação foram percebidos como formais e superficiais, não capturando adequadamente as necessidades e preocupações dos comerciantes informais. Consultas simbólicas e manipulação de processos de participação foram observados, minando a legitimidade e a confiança dos comerciantes informais no processo decisório. Além disso, a exclusão dos comerciantes informais da tomada de decisão directa, especialmente em decisões técnicas ou administrativas, resultou em soluções que não reflectiam suas perspectivas e experiências, comprometendo a eficácia dos mecanismos de participação.

Com base no que foi exposto anteriormente, fica evidente que, os mecanismos de participação, como a auscultação e os seminários, foram utilizados de maneira manipulativa pelas autoridades municipais para legitimar suas decisões pré-determinadas. Os comerciantes informais relataram que suas opiniões não foram levadas em consideração, e que suas preocupações foram minimizadas ou ignoradas durante o processo de requalificação. A consulta pública foi apresentada como uma forma de participação simbólica, permitindo aos comerciantes informais expressar suas opiniões, mas sem garantias de que essas opiniões seriam efectivamente consideradas nas decisões finais. Muitos comerciantes informais sentiram que suas contribuições na consulta pública foram apenas uma formalidade e não tiveram impacto real no processo de requalificação. E, embora os seminários e fóruns técnicos

tenham sido apresentados como oportunidades para os comerciantes informais receberem informações sobre o processo de requalificação e expressarem suas preocupações, muitos participantes relataram que esses eventos foram dominados por especialistas técnicos e representantes governamentais, com pouca oportunidade para o diálogo genuíno e a troca de informações.

Isto posto, os resultados sugerem que os mecanismos de participação implementados no processo de requalificação do mercado do Xipamanine estiveram predominantemente nos níveis de participação manipulativa e simbólica, com poucas oportunidades para os comerciantes informais exercerem influência real sobre as decisões tomadas. Esse facto não apenas minou a confiança dos comerciantes informais nas autoridades municipais e no processo de requalificação, mas também comprometeu a legitimidade e eficácia das decisões tomadas. Para promover uma participação mais inclusiva e significativa dos comerciantes informais, é imperativo que as autoridades municipais adoptem medidas concretas para superar esses desafios e garantir que as vozes e preocupações dos comerciantes informais sejam adequadamente representadas e consideradas.

A falta de participação efectiva dos comerciantes informais não é apenas uma questão de justiça social, mas também afecta directamente o sucesso e a sustentabilidade do processo de requalificação. Ao reconhecer e abordar os desafios enfrentados pelos comerciantes informais, as autoridades municipais podem construir uma base mais sólida para o desenvolvimento sustentável e inclusivo no mercado do Xipamanine. Por conseguinte, é essencial que as autoridades municipais se comprometam a adoptar uma abordagem mais transparente e inclusiva e participativa no processo de requalificação, garantindo que todas as partes interessadas, incluindo os comerciantes informais, tenham a oportunidade de contribuir para as decisões que afectam suas vidas e meios de subsistência. Somente através de um processo verdadeiramente participativo e colaborativo será possível alcançar resultados que atendam às necessidades e aspirações dos comerciantes.

Esses resultados destacam a necessidade urgente de reformular esses espaços de participação para torna-los mais inclusivos e acessíveis aos comerciantes informais. Isso pode ser alcançado através de eventos em locais e horários acessíveis, fornecendo tradução e interpretação para diferentes idiomas, e facilitando o diálogo aberto e respeitoso entre todos os participantes, independentemente de seu status ou experiência técnica. Além disso, é fundamental que as decisões tomadas durante esses eventos levem em consideração as perspectivas e necessidades

dos comerciantes informais, garantindo assim que o processo de requalificação do mercado do Xipamanine seja verdadeiramente inclusivo, equitativo e eficaz.

4.9. Como os mecanismos de participação criados no âmbito da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine impactaram a iniciativa de requalificação

Nesta secção abordaremos sobre como os mecanismos de participação dos comerciantes informais contribuíram para o insucesso da iniciativa de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. A análise dos resultados revelou que a não participação efectiva dos comerciantes informais no processo de requalificação do mercado do Xipamanine desempenhou um papel significativo no insucesso desta iniciativa promovida pelo CMCM. Várias questões emergiram como contribuintes para esse resultado: resistência a mudança por conta da falta de aceitação das mudanças propostas; falta de conhecimento das necessidades locais; e desconfiança nas decisões tomadas.

4.9.1. Resistência a mudança

A resistência a mudança emergiu como um dos factores centrais que contribuíram para o insucesso do processo de requalificação. Questionado sobre este facto, um dos responsáveis pelo departamento de política e planificação da Direcção de Mercados e Feiras declarou:

Os vendedores informais tiveram a errónea percepção de que a requalificação afectaria negativamente suas condições de trabalho e meios de vida, pois achavam que a requalificação encareceria a prática da actividade comercial, pois como um dos objectivos do projecto era a formalização das actividades os vendedores teriam que passar a pagar taxas diárias e mensais ao município, coisa que não acontecia antes porque os mesmos eram informais. No entender dos mesmos isso causaria um défice nas suas receitas, assim sendo, os mesmos preferiam continuar operando nos passeios ao invés de adentrarem no mercado anexo. Contudo, a formalização das actividades não encareceria a prática das actividades, pois os vendedores simplesmente deveriam pagar 10MT, um valor muito abaixo do necessário para garantir a manutenção das infra-estruturas do mercado.

O entrevistado acrescentou ainda:

A resistência por parte dos comerciantes contribuiu para atrasos na implementação das mudanças planeadas e a falta da cooperação dos mesmos dificultou a execução eficiente das iniciativas de requalificação. A resistência ainda culminou com a relutância dos comerciantes

em adoptar novas práticas e ajustar suas operações de acordo com as mudanças propostas no contexto da COVID-19.

Diante disso, ficou evidente que os vendedores não possuíam conhecimento sobre os objectivos do projecto de requalificação, o que demonstra que as estratégias de participação adoptadas no âmbito da requalificação falharam, pois se as mesmas tivessem sido eficientes, problemas dessa natureza seriam evitados e os vendedores não tirariam conclusões precipitadas e erróneas do projecto. Importa destacar que a resistência a mudança contribuiu também para criar tensões e conflitos sociais entre os comerciantes e as autoridades municipais, o que gerou um ambiente adverso, prejudicando ainda mais a colaboração necessária para o sucesso do projecto¹.

Procuramos saber dos vendedores o porquê dos mesmos adoptarem uma postura resistente no contexto da requalificação, ao que o entrevistado declarou:

Nós realmente gostaríamos de acreditar nas melhorias prometidas, mas sentimos que não tínhamos informações suficientes sobre como exactamente a requalificação impactaria nos nossos negócios, fora isso, nós não confiávamos nas promessas do projecto por isso não aderimos completamente, precisávamos de garantias que as mudanças seriam benéficas para nós.

O entrevistado ainda acrescentou:

Sentimos que não fomos suficientemente consultados ou envolvidos nas decisões que afectariam directamente nossos meios de subsistência. Queríamos ser parte activa do processo e ter uma voz significativa nas mudanças propostas.

Os posicionamentos acima mostram claramente, que a falta de informação detalhada sobre como a requalificação afectaria os vendedores individualmente, incluindo detalhes sobre as mudanças nas condições de trabalho, foi determinante para a resistência dos vendedores, pois os mesmos ficaram inseguros com a requalificação o que resultou na não-aceitação da iniciativa.

A literatura ainda avança que, a não inclusão dos vendedores tem implicações práticas substanciais que contribuem para desafios e limitações no sucesso das iniciativas da requalificação, na medida em que a ausência dos vendedores na tomada de decisões chave leva a uma desconexão entre as estratégias de requalificação e as necessidades práticas dos comerciantes, pois as decisões tomadas podem não ter levado em conta as realidades locais, o

¹ Ver em <https://www.dw.com/pt-002/maputo-e-matola-em-bra%C3%70-de-ferro-com-vendedores-informais/a-53768819> acesso 1. 07. 2023.

que resulta em implementações inadequadas para as condições específicas do mercado (FERREIRA, 2006).

A não inclusão dos vendedores na elaboração das mudanças propostas contribuíram para a falta de aceitação da requalificação por parte dos vendedores do mercado informal do Xipamanine, pois eles nalgum momento perceberam as mudanças como imposições por parte das autoridades municipais, o que aumentou a resistência e a relutância em adoptar novas práticas. A falta de inclusão dificultou também a comunicação eficaz entre os responsáveis pela requalificação e os vendedores e, a comunicação insuficiente ou inadequada levou à disseminação de informações equivocadas e mal-entendidos, contribuindo ainda mais para a resistência e conseqüente insucesso da iniciativa.

4.9.2. Falta de conhecimento das necessidades locais

A não participação efectiva dos comerciantes no processo de requalificação resultou na falta de conhecimento das necessidades locais por parte das autoridades responsáveis pelo processo de requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine. A falta de conhecimento das necessidades locais desempenhou um papel significativo no insucesso da requalificação do mercado do Xipamanine, pois limitou a capacidade das autoridades municipais de entender e atender as demandas específicas do mercado. Esta falta de compreensão levou à implementação de medidas inadequadas que não se adaptaram às realidades e necessidades únicas dos comerciantes informais.

Um dos principais problemas decorrentes da falta de conhecimento das necessidades locais é a desconexão entre as políticas e intervenções propostas e as demandas reais do mercado. Sem um entendimento profundo do contexto local, as autoridades municipais correm o risco de implementar medidas que não são adequadas ou que podem até mesmo agravar os problemas já existentes. Por exemplo, políticas de requalificação que não levam em consideração as formas de subsistência dos comerciantes informais podem resultar em alienação e resistência dos comerciantes informais. No caso do mercado do Xipamanine, o CMCM aprovou a construção do novo Mercado Anexo do Xipamanine, sem no entanto ter tomado em conta as demandas e aspirações dos comerciantes informais. Como resultado, o facto do novo empreendimento não atender as demandas dos comerciantes resultou na não ocupação desse espaço pelos mesmos, pois como declarou um dos entrevistados:

O CMCM construiu o novo mercado sem se importar com o que nós, os comerciantes, precisávamos. O novo mercado está em uma área menos movimentada e menos acessível, então muitos compradores não se incomodam em ir até lá. Além disso, o novo mercado não oferece

as mesmas oportunidades ou condições que tínhamos antes, então não vemos motivo para mudar para lá.

O depoimento acima, evidenciou que, a falta de conhecimento das necessidades locais levou a subestimação ou ignorância de questões importantes que precisavam ser abordadas durante o processo de requalificação. Isso inclui problemas como acesso aos espaços do mercado por parte dos utentes e compradores, infra-estrutura adequada, questões de segurança, entre outros. Sem uma compreensão completa dessas questões, as intervenções propostas não abordaram os problemas subjacentes que impedem o desenvolvimento sustentável e inclusivo do mercado do Xipamanine.

Outro aspecto importante é a falta de participação e engajamento da comunidade local no processo decisório. Quando as autoridades municipais não buscam activamente o envolvimento dos comerciantes informais na definição das prioridades e no desenvolvimento de soluções, estão perdendo uma valiosa fonte de conhecimento local. A falta de participação pode levar a soluções que não são aceites pela comunidade, resultando em resistência e até mesmo na sabotagem das medidas das propostas.

4.9.3. Desconfiança nas decisões tomadas

A análise dos resultados revelou que, a falta de confiança nas autoridades municipais durante o processo de requalificação do mercado do Xipamanine foi um dos principais factores que contribuíram para o insucesso da iniciativa. Durante as entrevistas, os comerciantes informais expressaram uma forte desconfiança em relação ao processo de requalificação. Os mesmos se sentiram frustrados com a falta de participação efectiva nas decisões tomadas que afectavam directamente suas vidas e negócios. As consultas públicas e outros mecanismos de participação foram percebidos como meras formalidades, sem espaço real para contribuições ou consideração das preocupações dos comerciantes informais.

Em primeiro lugar, a falta de transparência nas decisões tomadas durante o processo de requalificação gerou desconfiança entre os comerciantes informais. Sem informações claras sobre o planeamento, implementação e impacto das mudanças propostas, os comerciantes se sentiram excluídos e desinformados sobre o futuro de seus negócios, tal como mostra o depoimento de um dos comerciantes informais:

Uma das principais preocupações por nós enfrentadas era a falta de transparência nas decisões tomadas pelas autoridades municipais. Sentíamos que não éramos informados adequadamente sobre o que estava acontecendo e como as mudanças propostas nos afectariam, este facto, definitivamente abalou nossa confiança, pois sem informações claras e comunicação aberta, era

difícil confiar que as autoridades estavam realmente preocupadas com nosso bem-estar e sustento. Sentimos que nossas vozes não estavam sendo ouvidas.

Com o exposto acima, fica evidente que a percepção de que as autoridades municipais não estavam levando em consideração as necessidades e preocupações dos comerciantes informais contribuiu para a desconfiança. Quando os comerciantes sentiram que não estavam sendo ouvidos ou que suas opiniões não estavam sendo valorizadas, isso os deixou desanimados e relutantes em colaborar com o processo de requalificação, tal como evidencia o depoimento de um dos comerciantes informais:

Muitos de nós ficamos relutantes em colaborar com o processo de requalificação porque não confiamos nas intenções por detrás das mudanças. Sentimos que estávamos sendo deixados de fora e que nossos interesses não estavam sendo considerados.

Por conseguinte, a desconfiança minou a legitimidade do processo, levando a uma resistência por parte dos comerciantes informais e uma falta de adesão e apoio à requalificação proposta. Sem o envolvimento activo dos comerciantes, as medidas propostas enfrentaram dificuldades adicionais de implementação e aceitação, comprometendo assim o sucesso da requalificação. Além disso, a desconfiança aumentou a tensão e o conflito entre os comerciantes informais e as autoridades municipais, dificultando mais a colaboração construtiva e a resolução passífica de disputas.

A análise dos resultados mostrou ainda, que a falta de diálogo com os comerciantes informais também alimentou a desconfiança, pois, as autoridades municipais não estabeleceram canais eficazes de comunicação e consulta com os comerciantes, o que resultou em um sentimento de abandono e alienação, levando os comerciantes a duvidarem das intenções por detrás das mudanças propostas. Essa desconfiança nas autoridades se manifestou em resistência à mudança por parte dos comerciantes informais. Eles se recusaram a se adaptar às novas condições e ao novo mercado, criando obstáculos significativos para a implementação bem-sucedida da requalificação. Em última análise, a falta de confiança nas autoridades minou a colaboração, transparência e engajamento dos comerciantes informais, dificultando a implementação eficaz da requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine.

No contexto da requalificação do mercado do Xipamanine, fica evidente que a falta de participação efectiva dos comerciantes informais desempenhou um papel significativo no insucesso da iniciativa. A ausência de canais de comunicação eficazes, transparência nas decisões e inclusão dos principais interessados no processo prejudicou a participação efectiva

e engajada dos comerciantes. Além disso, factores, como localização inadequada e a falta de infra-estrutura, também contribuíram para o insucesso da requalificação.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

O estudo sobre os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do mercado do Xipamanine revela uma série de desafios e limitações que afectaram significativamente o sucesso da iniciativa. A análise dos resultados destacou a importância crucial da participação efectiva e engajada dos comerciantes informais para garantir a relevância, aceitação e eficácia das medidas de requalificação.

Ficou evidente que os mecanismos de participação existentes, como auscultações, consultas públicas, seminários e fóruns técnicos, não foram suficientes para garantir uma participação significativa dos comerciantes informais no processo de requalificação. Esses resultados apontam para uma lacuna significativa entre as intenções declaradas das autoridades municipais em envolver os comerciantes informais e a realidade da participação efectiva e inclusiva desses actores. A falta de acesso à informação, exclusão e desconfiança nas decisões tomadas minaram a capacidade dos comerciantes informais de participar de maneira eficaz e influenciar as decisões relacionada à requalificação. A ausência de uma compreensão abrangente das necessidades locais também se mostrou prejudicial, resultando em mudanças inadequadas que não atenderam às demandas reais da comunidade do mercado do Xipamanine. Isso levou à falta de aceitação das mudanças propostas, resistência e oposição às medidas de requalificação, o que resultou no desperdício de recursos.

Portanto, é imperativo que futuras iniciativas de requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine e de outros mercados ao nível do município de Maputo no geral, incorporem mecanismos de participação mais inclusivos, transparentes e responsivos às necessidades locais. Isso envolve o fortalecimento da colaboração entre as autoridades municipais, comerciantes informais e outros *stakeholders*, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas preocupações consideradas em todas as etapas do processo de requalificação.

Ao reconhecer e abordar os desafios identificados neste estudo, é possível promover um desenvolvimento urbano mais sustentável, inclusivo e equitativo no mercado do Xipamanine e em comunidades semelhantes, contribuindo para o bem-estar e prosperidade de todos os envolvidos.

5.2. Recomendações

Com base nos desafios identificados no estudo sobre os mecanismos de participação dos comerciantes informais no processo de requalificação do mercado informal do Xipamanine, as seguintes recomendações são propostas para melhorar a eficácia e a inclusão dos processos em áreas similares:

- **Fortalecimento da participação activa dos comerciantes informais:** é importante desenvolver e implementar estratégias específicas para garantir a participação activa e significativa dos comerciantes informais em processos de requalificação. Isso pode incluir a realização de consultas regulares, sessões de trabalho colaborativas e criação de plataformas de diálogo entre as autoridades municipais e os comerciantes.
- **Melhoria da comunicação e acesso à informação:** garantir que todas as informações relacionadas a requalificação sejam acessíveis, compreensíveis e amplamente divulgadas aos comerciantes informais e à comunidade em geral. Isso pode envolver o uso de múltiplos canais de comunicação, como reuniões presenciais, mídias sociais, folhetos informativos e placas de sinalização no mercado;
- **Promoção da transparência e prestação de contas:** estabelecer mecanismos transparentes e eficazes de prestação de contas para garantir que as decisões tomadas durante o processo de requalificação sejam justas, transparentes e baseadas em evidências. Isso pode incluir a publicação regular de relatórios de progresso, resultados de consultas públicas e informações sobre o uso de recursos financeiros;
- **Capacitação e sensibilização:** oferecer programas de capacitação e sensibilização para os comerciantes informais sobre seus direitos, responsabilidades e o papel que desempenham no processo de requalificação. Isso pode fortalecer sua capacidade de se envolver activamente no processo e defender seus interesses de maneira eficaz;
- **Promoção da cooperação e colaboração:** incentivar a colaboração e a cooperação entre as autoridades municipais, comerciantes informais e outros *stakeholders* relevantes. Isso pode ser alcançado por meio de parcerias de trabalho colaborativo, comitês consultivos ou grupos de trabalho dedicados ao processo de requalificação;
- **Avaliação contínua e aprendizado:** realizar avaliações regulares e avaliações de impacto ao longo do processo de requalificação para identificar lacunas, desafios e oportunidades de melhoria. Incorporar feedback dos comerciantes informais para ajustar e adaptar as estratégias conforme necessário, garantindo uma abordagem adaptativa e centrada nas necessidades locais.

6. Referências Bibliográficas

AGY, Aleia Rachide, MAQUENZI Jerry, MOSCA, João, Impacto da COVID-19 sobre os agentes informais na cidade de Maputo, 2020.

AGY, Aleia Rachide, FEIJÓ, João, MARQUES, Yulla, *Avaliação da implementação de medidas de prevenção do COVID-19 nos sectores dos mercados*, 2020.

ALCÂNTARA, Pedro Henrique, *Deliberação e Democracia: a teoria deliberativa e seus críticos*, Revista Teoria & Pesquisa, v. 27, nº. 1, 2018, pp. 1-27.

ANJO, Ana, *A reabilitação de áreas urbanas “informais” em Moçambique*, 2009, (Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em planeamento do território-ordenamento da cidade).

ARNSTEIN, Sherry R., *A ladder of citizen participation*, AIP Journal, 1969, disponível em https://www.historyofsocialwork.org/1969_ENG_Ladderofparticipation/1969,%20Arnstein,%20ladder%20of%20participation,%20original%text%20OCR%20C.pdf acesso 7.05.2024. democracia participativa, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

CANHANGA, Nobre de Jesus, *Os desafios da descentralização e dinâmica da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais*, In: conferência inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique”, nº. 06, Setembro de 2007.

CANI, Anselmo, *Guião metodológico para elaboração de planos directores de mercados e feiras*, 1ª edição, 2020.

CELESTINO, Paula Leilana, *Requalificação urbana: entraves e desafios o bairro lagoa grande na cidade de Santana-Bahia (2000-2013)*, 2014, disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_562debe8b06ed6f1e3c75978ebdc7da4 acesso 16.12.2023

DAHL, Robert, *Poliarquia: participação e oposição*, ed USP, 1997.

DICKINSON, Helen, *From new public management to new public governance: the implications for a “new public service”*, s/d disponível em

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://press.anu.edu.au/downloads/press/n1949/pdf/ch03.pdf&ved=2ahUKwigx4aNsbIFAxUI_7sIHeS6CBsQFnoECB8QA&usg=AOvVawOu15-VYX_OhM0acuODY2-2 acesso 22. 03. 2024

FEIJÓ, João, *Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado*, Observatório do Meio Rural, 2023, disponível em <https://pt.scribd.com/document/573404527/Mecanismos-de-participacao-publica-em-Mocambique-2015> acesso 23.03.2024.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo, *Path dependency e os estudos históricos comparados*, BIB, nº 53, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Suzana Maria, *A integração e o acompanhamento da componente ambiental no programa POLIS*, 2006 (Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Nova Lisboa para a obtenção do grau de mestre em ordenamento do território e planeamento ambiental) disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/1144> acesso 10. 12. 2023.

FONSECA, Regina Célia, *Metodologia do trabalho científico*, 1ª ed, rev. Curitiba, PR: IESDE S.A, Brasil, 2012.

FUNG, Archon, *Varieties of participation in complex governance*, Public Administration Review, v. 66, 2006, pp. 66-75.

FUNG, Archon, WRIGHT, Olin, *Deepening Democracy: innovations in empowered participatory governance*, Appearing in Politics and Society, v. 29, nº. 1, 2001.

GIL, Antonio Carlos, *Como elaborar projectos de pesquisa*, 4ª ed, Editora Atlas, São Paulo, 2002.

GONÇALVES, Alcindo, *O conceito de Governança*, s/d, disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf> acesso 22. 03. 2024.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, Portal Eletrônico do governo de Moçambique, disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/>> acesso 5. 07. 2023

IBRAIMO, Maimuna, RODRIGUEZ, Alex Warren, *O impacto socioeconómico da COVID-19 na economia informal urbana de Moçambique*, Novembro, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: Delegação da Cidade de Maputo, *Estatísticas dos distritos da cidade de Maputo 2017-2023*, Janeiro de 2023.

KENNETT, Patricia, Governance, the state and public policy in a global age, In – (org) *Governance, globalization and public policy*, Massachusetts, 2008.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade, *Fundamentos de Metodologia científica*, 5ª ed, Editora Atlas, São Paulo, 2003.

LEAL, Rogério Gesta, Demarcações conceituais preliminares da democracia deliberativa: matrizes habermasianas, In: _ (org), *A democracia deliberativa como nova matriz de gestão pública: alguns estudos de caso*, 1ª ed, EDUNISC, Cruz do Sul, 2011.

LOPES, Sérgio et al., *Theories of public policy formation: a historical overview of the topic*, journal of teleological science, v. 2, 2022.

MILL, John Stuart, *Considerations on representative government*, London: Parker, Son, and Bourn, 1861.

MINAYO, Maria, *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*, 21ª ed, Vozes, Petrópolis, 2002.

MUCAVELE, Sérgio, *Implicações socio-ambientais do comércio informal na cidade de Maputo: o caso de estudo do Xipamanine (2018-2021)*, 2021.

MUSSANE, Yumaina, *Participação dos munícipes no processo de tomada de decisão: uma reflexão a partir do plano estratégico de desenvolvimento do Município de Chóckwe 2013-2018, 2020* (Trabalho de monografia apresentado ao departamento de ciência política e administração pública da FLCS para a obtenção do grau académico de licenciatura em ciência política) disponível em https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/1505/1/Mussane%2520.pdf&ved=2ahUKEwiAxt_s7iFAxX5_bsIHQ-BBakQFnoECCIQAQ&usg=AOvVaw119tOSSaV6105UxnJ74YU acesso 16.03.2024

NETO, Jaime Barreiros, *Teorias da Democracia*, 2019.

NGUENHA, Eduardo Jossias, *Governança municipal democrática em Moçambique: alguns aspectos importantes para o desenho e implementação de modelos de orçamento participativo*, In: II conferência do IESE sobre dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação em Moçambique, Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009.

NGUIRAZE, André Camanguira, AIRES, Jussara Danielle Martins, *Moçambique: processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local*, In: Revista IDeAS – interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade, v. 5, n.º. 1, 2011, p. 30-35.

NHANCALE, Camilo Adriano, *Dinâmicas de cooperação entre vendedores de vestuário no mercado informal do Xipamanine*, 2013, (Relatório de pesquisa como requisito para obtenção do grau de licenciatura em antropologia na Universidade Eduardo Mondlane).

OBER, Josiah, *Democracy and knowledge: innovation and learning in classical Athens*, Princeton University Press, Princeton, 2008.

OIT, *O trabalho digno e a economia informal*, Resolução da 90ª conferência internacional do trabalho. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf acesso 7. 07. 2023.

OLIVEIRA, Daniel José Silva, CKAGNAZAROFF, Ivan Beck, *A participação cidadã como um dos princípios de governo aberto*, FGV EAESP/ CGPC, vol. 28, 2023.

PATEMAN, Carole, *Participação e teoria democrática*, trad: Luiz Paulo Rouanet, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

PARRY, Geraint, MOYSER, George, *More participation, more democracy?* D. Beetham (org.), *Defining and measuring democracy*, Londres, 1994.

PEREIRA, Elaine Lucio, *Democracia deliberativa de Rawls e Habermas*, Polem!ca, v. 19, n.º. 2, 2019, pp. 1-22.

PRODANOV, Cleber, FREITAS, Ernani, *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, 2ª ed, Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, *Água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*, 2006, disponível em <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2006-hdr-portuguese-summary.2006-hdr-portuguese-summary> acesso 7.05.2024.

RIBEIRO, Lucas et al., *Teorias da acção colectiva e a influência dos grupos de interesse a política*, Revista teoria e pesquisa, v. 29, n.º. 3, 2020, p. 115-134.

ROUSSEAU. Jean-Jacques, *O contracto social*, Trad: Sérgio Paulo Rouanet, 10ª ed, Edipro, São Paulo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza, AVRITZER, Leonardo, Para o cânone democrática, In: SANTOS, Boaventura Sousa (org), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SEVERINO, António Joaquim, *Metodologia do trabalho científico*, 1ª ed, Cortez Editora, São Paulo, 2013.

SHETH, D. L., Micromovimentos na Índia para uma nova política de democracia participativa, trad. Victor Ferreira, In: SANTOS, Boaventura Sousa (org), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SILVEIRA, Denise, CÓRDOVA, Fernanda, *A pesquisa científica*, 1ª ed, UFRGS, 2009.

SIMIONE, Albino, *as iniciativas da gestão participativa em Moçambique: lições e limites do envolvimento do público nas decisões municipais*, Revista gestão e organizações, v. 05, n.º. 03, 2020. Disponível em <https://pdfz.semanticscholar.org/f2be/1dd6877571a109bd8e67ffa95c73ae11e86f.pdf> acesso 20. 03. 2024.

SIMIONE, Albino, CKAGNAZAROFF, Ivan Beck, *Governança participativa em Moçambique: dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal em Xai-Xai*, 2017, disponível em <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5025> acesso 16. 04. 2024.

SODOMACO, Lodovica, GUARNERI, Marcella, *Guião para adaptação especial dos mercados no âmbito da prevenção a COVID-19 nas áreas urbanas em Moçambique*, 2020.

STACCCIARINI, João Henrique, SILVA, Laira, *O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine: entre curiosidades e vivências no continente africano*, revista de geografia da UEG, v. 7, n° 1, 2018, Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6833> acesso 10. 08. 2023.

TARROW, Sidney, *Power in movement: social movements and contentious politics*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

Legislação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei 2/97, de 18 de fevereiro, aprova o quadro jurídico para implementação das autarquias locais, I série, n°. 7, 18 de fev. 1997.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n°. 8/2003, de 19 de maio, estabelece princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade, I série, n°. 20, 19 de maio de 2003.

CONSELHO DE MINISTROS, Constituição da República de Moçambique de 19 de novembro, Boletim da República, Maputo, 2004.

CONSELHO DE MINISTROS, Decreto n° 15/2000 de 20 de Junho, que estabelece as formas de articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias e os Conselhos Locais foram tidos como principais interlocutores.

CONSELHO DE MINISTROS, Decreto n° 11/2005 de 10 de Junho, que aprova o regulamento da lei dos Órgãos Locais do Estado, BR, I Série, suplemento, número 23.

MAE e MPD. Diploma Ministerial n° 67/2009 de 17 de Abril que aprova o guião sobre a organização e funcionamento dos Conselhos Locais, BR I Série número 15, Despacho conjunto.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO, *Perfil Estatístico do Município de Maputo (2004-2007)*, Maputo, 2008, disponível em www.cmmaputo.gov.mz acesso 29. 06. 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO, *Postura Sobre Mercados e Feiras*, Resolução n° 94/AMM/ 2008, Maputo, 2008.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO, *Plano de Desenvolvimento Municipal Para o*
Quinquénio 2019-2023, Resolução n° 004/ AMM/ 2019, Maputo, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Guião de entrevista



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA POLÍTICA

Licenciatura em Ciência Política

Guião de entrevista

Cordias saudações

Chamome Géssica Angelina Ricardo, finalista no curso de ciência política na Universidade Eduardo Mondlane. Estou a realizar um inquérito para analisar o processo de requalificação da venda informal no mercado do Xipamanine, no âmbito do trabalho de final de curso para a obtenção do título de licenciatura em ciência política. Deste modo, convido-lhe a participar nesta pesquisa através da partilha de informações sobre o assunto em questão. As informações serão tratadas de forma confidencial e utilizadas apenas para fins da pesquisa.

Perfil dos entrevistados

Nome: _____

Género: _____

Função: _____

Objectivo 1: Identificar os mecanismos de participação dos comerciantes informais estabelecidos no âmbito da requalificação do comércio informal do mercado do Xipamanine

- 1 – Quais foram os principais mecanismos de participação oferecidos aos comerciantes informais durante o processo de requalificação do mercado do Xipamanine?
- 2 – Como esses mecanismos foram comunicados e implementados?
- 3 – Quais oportunidades foram oferecidas aos comerciantes informais para contribuírem com suas opiniões, preocupações e sugestões durante o processo de requalificação?

4 – Os comerciantes informais se sentiram incentivados ou encorajados a participar activamente nesses espaços de participação?

5 – Quais foram os mecanismos de participação mais eficazes para envolver os comerciantes informais no processo de requalificação?

Objectivo 2: Avaliar a eficácia e o alcance dos diferentes mecanismos de participação dos comerciantes informais estabelecidos no âmbito da requalificação de modo a perceber como esses mecanismos permitiram o engajamento e a participação efectiva dos comerciantes no processo de requalificação

6 – Como analisa a eficácia dos mecanismos de participação oferecidos aos comerciantes informais durante o processo de requalificação?

7 – Houve alguma dificuldade específica enfrentada pelos comerciantes informais ao participarem desses mecanismos de participação?

8 – Como os mecanismos e espaços de participação poderiam ter sido melhorados para permitir um engajamento mais efectivo dos comerciantes informais?

9 – Quais foram os principais benefícios percebidos pelos comerciantes informais ao participarem activamente do processo de requalificação?

10 – Quais sugestões daria para aprimorar os mecanismos de participação em futuros processos de requalificação dos mercados informais?

Objectivo 3: Aferir de que forma os mecanismos de participação dos comerciantes contribuíram para o insucesso da iniciativa de requalificação.

11 – Quais foram os principais desafios e obstáculos enfrentados pelos comerciantes informais ao participarem dos espaços de participação?

12 – Os resultados ou contribuições dos comerciantes obtidos através desses mecanismos de participação foram considerados nas decisões finais do projecto de requalificação?

13 – Como os mecanismos de participação afectaram a percepção dos comerciantes informais do processo de requalificação?

14 – Os mecanismos influenciaram o sucesso ou insucesso da iniciativa?

15 – Que papel os comerciantes deveriam desempenhar no processo de requalificação para garantir um resultado mais bem sucedido?

16 – Quais foram as consequências percebidas pela falta de participação efectiva dos comerciantes informais no processo de requalificação?

APÊNDICE 2- Consentimento informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____, aceito de livre e espontânea vontade participar na presente pesquisa, cujo, objectivo é fazer uma análise ao processo de requalificação do comércio informal no mercado do Xipamanine. Esta que me foi apresentado como propósito de culminação do curso, e os dados estarão inseridos na monografia e para a defesa final do curso de ciência política na UEM. Desta feita, estou ciente de que as respostas por mim prestadas, poderão ser divulgadas e por forma a preservar a minha identidade o meu nome não será exposto, sabendo disto, autorizo a gravação da entrevista e a mesma só servirá para fins desta pesquisa. De acordo com os esclarecimentos prestados, a minha confirmação na pesquisa se dá através da assinatura deste documento.

Entrevistado

Entrevistadora

ANEXOS

ANEXO 1- Credencial n° 93


MUNICÍPIO DE MAPUTO

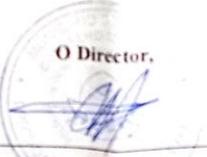
CONSELHO MUNICIPAL
PELOURO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE MERCADOS E FEIRAS

Credencial n.º 93/2023

Está devidamente credenciada a Senhora Gêssica Angelina Ricardo estudante do 4º ano do curso de Licenciatura em Ciência Política, na Faculdade de Letras Sociais na Universidade Eduardo Mondlane, a proceder a recolha de dados para efeito de realização de trabalho de fim de curso subordinado ao tema: *“O Município como agente regulador do processo de transição do sector informal para o formal: Análise do processo de requalificação do Mercado Xipamanine”*.

Para a materialização desta actividade, solicita-se a colaboração dos funcionários, sem prejuízo do seu normal funcionamento.

Maputo, aos 20 de Outubro de 2023

O Director,

Tomás G. Mondlane
(Téc. Superior N.º)

DSVDMF-RM

« Nossa Visão - Maputo, Cidade Próspera, Bela, Limpas, Segura e Solidária.
Direcção Municipal de Mercados e Feiras, Avenida Karl Marx n.º 173, Telefone n.º 21307543. MAPUTO - MOÇAMBIQUE

ANEXO 2- Credencial nº 256



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CREDECIAL Nº 256/DRA-FLCS/ 2023

Tendo em vista a realização de um trabalho de recolha de dados sobre o tema “O Município como agente regulador do processo de transição do sector informal para o formal: Análise do processo de requalificação do mercado do Xipamanine”, da disciplina de Trabalho de fim de curso, credencia-se junto à Direcção de mercados e feiras a Sr.^a **Géssica Angelina Ricardo**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Ciência Política, nesta Instituição.

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 15 de Setembro de 2023

O Director Nacional Adjunto para Área de Graduação

Prof. Doutor Marlino Eugénio Mubai
(Professor Auxiliar)



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE-Faculdade de Letras e Ciências Sociais-Tel.: (21) 485402 - Fax (21) 485402-

www.flcs.uem.mz- -C.P. 257-Campus Universitário – Pricpal -Maputo -República de Moçambique.

ANEXO 3- Credencial n° 280



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

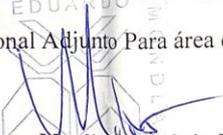
CREDECIAL N°280/DRA-FLCS/ 2023

No âmbito da disciplina de Políticas Públicas, credencia-se, junto à Direcção do Mercado do Xipamanine, a Sr^a. **Géssica Angelina Ricardo**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Ciência Política, para realizar o trabalho de recolha de dados sobre o tema " O município como agente regulador do processo de transição do sector informal para o formal: análise do processo de requalificação do mercado do xipamanine. "

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 19 de Setembro de 2023

O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação


Prof. Doutor Marlino Eugénio Mubai
(Professor Auxiliar)

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE-Faculdade de Letras e Ciências Sociais-Tel.: (21) 485402 - Fax (21) 485402-

www.fles.uem.mz- -C.P. 257-Campus Universitário - Pricipal -Maputo -República de Moçambique.